

Debate Sindical

Nº 17 - SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO - R\$ 5,50



**O QUE
ESTÁ EM JOGO
NA SUCESSÃO**



Alexandre Machado

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Dois projetos em disputa na sucessão presidencial
- 10** O que está em jogo nas eleições do final do ano
- 15** Experiência mundial nas batalhas eleitorais
- 25** Qual o verdadeiro sentido do plano FHC-2
- 31** O 5º Concut e as perspectivas da central
- 37** História e metas do Movimento dos Sem Terras
- 43** O perfil dos jornalistas de São Paulo
- 48** Formação, objetivos e reflexos do Mercosul
- 54** Resenha de livros

EXPEDIENTE

A revista *Debate Sindical* é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).
Sede: Rua Pirapitingui, nº 12,
CEP 01508-020, Liberdade, São Paulo,
SP, fone/fax: (011) 270-7702

CONSELHO DE REDAÇÃO

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

CONSELHO EDITORIAL

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Antonia Rangel
Marcia de Almeida

Ilustrações e fotos

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

Capa

Licínio Baumgratz

Editoração eletrônica

P&B (fone: 605-2807)

Impressão e acabamento

Editores Parma

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

Como já era previsto, a polarização é a marca das eleições quase-gerais deste final de ano. Apesar das tendenciosas pesquisas e da propaganda triunfalista dos meios de comunicação, o quadro eleitoral ainda não está definido. Muita água vai rolar por debaixo da ponte e a disputa promete ser encarniçada nos dois turnos de votação. Afinal, o que está em jogo são os rumos políticos de uma sociedade tão complexa como a brasileira.

Nesta batalha, não há espaço para qualquer tibieza ou vacilo. As elites sabem disso. Tanto que trataram de preparar o terreno com antecedência. Elas fixaram regras eleitorais favoráveis ao seu time, escalaram um candidato mais palatável para iludir a torcida (depois do desastre de Collor) e guilhotinaram os concorrentes que ameaçavam dividir seu bloco (Maluf que o diga!). Por último, numa jogada de mestre, produziram um plano econômico para alavancar seu candidato — num evidente estelionato eleitoral.

Mesmo com tudo isto — mais a ajuda manipulatória da mídia e do poder corruptor dos dólares —, a partida não está ganha. Isto porque o outro lado, o campo popular e democrático, possui consistência. Ela resulta do processo de acumulação de forças dos últimos anos. É fruto de importantes vitórias, como a do impeachment e da batalha contra o golpe da revisão constitucional. Seu projeto é exatamente a antítese do neoliberalismo devastador das elites.

Agora é a hora da decisão. Neste momento, os milhares de sindicalistas forjados nas lutas recentes têm um decisivo papel a cumprir. Não podem sucumbir na rotina sindical. A vida já ensinou que os graves problemas nacionais não serão solucionados nos marcos do economicismo. Que é preciso avançar na conquista de espaços políticos. Que é preciso alterar a correlação de forças na sociedade.

A vitória da Frente Brasil Popular, com Lula presidente, daria novo impulso à luta dos trabalhadores por transformações profundas no país. Ela é plenamente possível. Está ao nosso alcance neste momento de significado histórico.



Lula X Fernando Henrique: aliança do povo contra bloco dos proprietários

José Carlos Ruy*

O estudo mais aprofundado dos programas de governo de Lula e Fernando Henrique permite elucidar quem é quem nas eleições presidenciais deste ano. Deixando de lado as fáceis promessas de campanha, as plataformas explicitam os reais interesses defendidos pelos candidatos. Indicam que, mais uma vez, a sucessão está polarizada entre dois projetos bem distintos. Um, comprometido com as causas populares e os anseios nacionais. Outro, com a continuidade e o aceleração da aplicação do receituário neoliberal das elites. O artigo a seguir confirma este antagonismo e serve de alerta para os sindicalistas.

«Apesar de mais de uma década de recessão e inflação, apesar do sucateamento do Estado, o Brasil revela ainda um enorme potencial de recuperação.

Este potencial não se resume às suas riquezas minerais, às perspectivas de sua agricultura, à extensão de seu território, ao dinamismo de seu comércio exterior, às possibilidades de seu mercado interno, à produtividade de seus trabalhadores etc.

Ele é fundamentalmente o resultado de uma vontade continuamente afirmada nestes quinze últimos anos — em meio a vitórias e frustrações — de levar adiante um processo de democratização radical da sociedade brasileira, o que passa essencialmente por transferir as responsabilidades das elites falidas que governaram secularmente este país para um bloco de forças hegemônico pelos trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo intelectuais, profissionais e técnicos, pequenos e médios empresários».

Com essa declaração, que consta de seu Programa de Governo (1), o Partido dos Trabalhadores assume o compromisso de fazer de seu governo um divisor de águas na história política do Brasil. Quer tirar do governo as velhas elites, que sempre mandaram no país, e substituí-las por uma nova articulação de forças sociais capazes de dar um novo rumo não só ao poder mas também ao desenvolvimento do país.

Esse programa se baseia no diagnóstico de que a atual crise é diferente das outras vividas pelo país. «No passado as crises do modo de acumulação e do sistema de dominação, puderam ser resolvidas pela via da conciliação das elites». Hoje, existem condições sociais para que o projeto do campo popular, «autônomo e suficientemente articulado socialmente», possa criar «uma nova hegemonia na sociedade e oferecer uma alternativa transformadora aos impasses».

A análise que fundamenta o programa destaca, assim, a necessidade de opor, às classes dominantes, uma alternativa claramente popular, e isso se traduz na polarização que se apresenta aos eleitores na disputa para a presidência da República: de um lado,

a elite tradicional, articulada na aliança do PSDB e do PFL em torno de Fernando Henrique Cardoso. Do outro lado, o campo popular, que reúne o PT, o PCdoB, o PSB, o PPS e o PSTU na Frente Brasil Popular.

Além de buscar um novo bloco no poder e uma alternativa popular para o país, o programa de Lula e da FBP ressalta também a importância mundial do Brasil que deve ter uma inserção soberana entre as nações, e não a integração subordinada praticada há séculos pela elite brasileira e reafirmada pela proposta do PSDB/PFL, defendida por Fernando Henrique Cardoso.

O enfrentamento de três grandes ameaças ao povo brasileiro é o eixo do programa da Frente Brasil Popular. São ameaças contra a população, representada pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela exclusão social; contra a democracia, representada pela vontade reiteradamente manifesta de setores das classes dominantes de encontrar soluções ditatoriais para o país, ou de adotar regras para limitar a ação dos partidos políticos e descaracterizar a vontade popular expressa através do voto; contra a nação brasileira, representada pelas ameaças veladas ou não do imperialismo e seus agentes internos e externos contra a soberania do país.

O Governo Democrático e Popular pretende mudar a vida e consolidar as bases materiais da cidadania, agindo para corrigir antigas distorções nas áreas da educação, saúde, urbanismo e habitação. A economia será transformada profundamente, voltada para construir a Nação, o mercado interno e a geração de empregos.

Auditoria para a dívida externa, reforma agrária e empregos

O programa de reforma agrária prevê transformações para os próximos 15 anos, com o assentamento de famílias em terras desapropriadas por interesse social, regulamentação dos contratos de arrendamento e

parceria, revisão de doações de terras públicas ocorridas entre 1962 e 1987, e tributação de terras agrícolas. O objetivo desse programa é reorientar a agricultura brasileira para a segurança alimentar do povo com políticas agroindustriais voltadas ao fornecimento de produtos agroalimentares para o mercado interno, democratizar o acesso à terra, e gerar novas oportunidades de emprego no campo.

Outros pontos da agenda de um provável governo da Frente Brasil Popular são a dívida externa, o sistema financeiro, as privatizações, o papel das empresas estatais, e uma política industrial. O programa anuncia uma auditoria minuciosa em todos os contratos da dívida externa. O sistema financeiro será reorientado para a atividade produtiva e o investimento, e não para a especulação financeira.

O programa de privatizações será interrompido e revisado, e o papel das empresas estatais na economia será redefinido, com democratização de sua gestão e criação de mecanismos de controle social sobre o seu desempenho. Será adotada uma política industrial clara e estável, que se contraponha à política neoliberal que abre o mercado brasileiro de forma unilateral, desordenada e sem contrapartidas, levando à recessão, ao desemprego e ao risco da desindustrialização.

O governo democrático e popular vai fomentar a geração de empregos, a ampliação da capacidade instalada. A estrutura produtiva do país será reestruturada com o objetivo de formar um mercado de massas. Um instrumento para isso será a melhoria na distribuição de rendas e investimentos públicos em infra-estrutura. Além disso, o governo vai adotar políticas específicas para elevar a produtividade do trabalho, através da difusão de tecnologias já dominadas, principalmente em apoio à base industrial e agrícola voltada para o mercado interno; dominar tecnologias-chave para a reorganização da base produtiva material contemporânea e da moderna organização social da produção; capacitar o país a explorar melhor seus próprios recursos e enfrentar melhor seus próprios problemas. Outro elemento da política industrial será o

estímulo às micro, pequenas e médias empresas.

Em suma, o programa da Frente Brasil Popular propõe um novo modelo de desenvolvimento baseado no mercado interno. Contra ele, Fernando Henrique Cardoso e a frente PSDB/PFL propõe um programa neoliberal adaptado ao Brasil

FHC diz que não é neoliberal, mas ele faz o que o FMI manda

O projeto neoliberal enfrentou, desde seus primeiros passos no Brasil, dificuldades decorrentes do choque com interesses populares e empresariais que contrariou. Essas dificuldades foram ilustradas pelo fim da aventura presidencial de Fernando Collor de Mello, o homem que colocou esse projeto à frente do governo; pelas resistências às privatizações; pelo insucesso do parlamentarismo conservador que a classe dominante quis implantar no plebiscito de 1993; pelo fracasso da revisão constitucional; pela forte oposição à aprovação da lei de patentes imposta pelo imperialismo.

O projeto neoliberal representa o futuro subordinado que o imperialismo e seus aliados internos, isto é, o grande capital brasileiro e multinacional, defendem para o Brasil. Seus eixos principais são a estabilização da moeda; privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial; desenvolvimento baseado nos investimentos estrangeiros.

Apesar disso, Fernando Henrique Cardoso não aceita que seu projeto seja chamado de neoliberal (2). Diz que é *social-democrata*. Diz que vai «mudar o patamar do capitalismo brasileiro»(3). Para ele, o mundo se globaliza de forma inevitável, como consequência das novas tecnologias adotadas na produção. E o grande desafio que o Brasil enfrenta é a inserção no sistema produtivo internacional. Isso impõe a reforma e a reestruturação da economia para aproveitar

«nossas vantagens estratégicas»: «metas audaciosas na agricultura, programas intensivos de treinamento de mão de obra, expansão dos setores de serviços, especialmente no turismo, etc. E muito investimento (privado, local e internacional, junto ao que seja possível no setor público) em energia, portos e transportes».

Isto é, o programa da coligação dos proprietários e da elite conservadora prevê a adequação da economia brasileira ao papel determinado ao Brasil pelo imperialismo na nova divisão internacional do trabalho: manter o velho estatuto neocolonial de nação subordinada e produtora de bens primários (principalmente agrícolas), de serviços, e de balneário para as férias de estrangeiros com dinheiro suficiente para viajar pelo mundo.

Aparentemente, não há diferença entre os programas dos dois Fernandos — Collor de Mello, que foi expulso da presidência; e Henrique Cardoso, que quer a presidência para impôr o mesmo programa anti-nacional e anti-popular. Recentemente, o candidato conservador elogiou Collor por ter aberto e modernizado a economia brasileira. «Era uma coisa que tinha que ser feita». Só que Collor, diz FHC, foi precipitado e agiu de forma atabalhoada.

Há uma forma conservadora e outra progressista para acabar com a inflação

Esta talvez seja a essência da diferença entre os dois programas. Fernando Henrique apresenta uma versão mais palatável aos interesses do grande capital brasileiro, articula uma base social mais sólida, para o mesmo programa que Collor quis impor de forma imperial.

Os programas do PSDB (4) e do PFL(5) inspiram-se na mesma fonte que gerou a lenda da modernidade conservadora de Collor de Mello: reduzir o tamanho do Estado, afastá-lo da economia, desregularizar as atividades empresariais e deixar o campo livre para a ação do capital e dos capitalistas.

Eles prevêem a geração de empregos como forma de aumentar os salários, o consumo e o investimento. Dizem que a derrota da inflação é essencial para a volta do crescimento econômico e, como diz o programa do PSDB, que a vitória sobre ela trará «uma verdadeira avalanche de capitais que virão do exterior ou serão transferidos da especulação financeira para a produção».

O programa do PSDB orgulha-se do empenho e ousadia de Fernando Henrique, no Ministério da Economia, em levar adiante a estabilização da economia que é, diz, «o objetivo mais progressista e mais consequente, do ponto de vista social, que qualquer governo pode assumir em nosso país». Diz que o «equilíbrio fiscal», o fim do descontrole monetário e o manejo adequado da política cambial são fundamentais para que a inflação se mantenha no chão.

O fim da inflação é essencial para os trabalhadores. Mas há uma forma conservadora e outra progressista de se eliminar a inflação. A inflação não é somente um fenômeno econômico, mas também político e social. Decorre, de um lado, da falta de capacidade da economia em produzir para todos e, portanto, da divisão desigual entre o



Jullien Garcia

conjunto da população dos bens que são produzidos pelo trabalho dos brasileiros. Do outro lado, da relação de forças que existe na sociedade, que permite a quem tem o controle do governo proteger sua fatia no bolo, ou mesmo aumentá-la.

Assim, seu fim não é meramente técnico, mas econômico, político e social. A forma conservadora de acabar com a inflação, pregada pelo FMI e subordinada à lógica do capital, impõe perdas salariais, recessão, desemprego, e preserva os interesses do grande capital brasileiro e estrangeiro. É a lógica que comanda o programa de Fernando Henrique Cardoso.

A forma progressista de acabar com a inflação é o aumento da produção, do emprego, o crescimento da economia e o aumento da oferta de bens para a massa da população, e a preservação e aumento do valor dos salários. Para os trabalhadores, o fim da inflação deve ser acompanhado pela preservação do seu poder de compra — isto é, da parcela que cabe aos trabalhadores na divisão das riquezas produzidas ou adquiridas através de seu esforço. Por isso, não adianta apenas ter uma moeda forte e estável; é preciso também que os salários sejam fortes e estáveis.

Outro ponto da agenda neoliberal que terá continuidade sob Fernando Henrique são as privatizações de empresas estatais. A reforma agrária, por sua vez, será empregada como instrumento para controlar os conflitos rurais (promessa semelhante à do general João Batista Figueiredo quando presidente da República). Os encargos sociais sobre a folha de pagamento (e isto é uma forma prudente de dizer que vai cortar direitos sociais dos trabalhadores) vão ser reduzidos, e seu governo promete eliminar impostos para as empresas, a agricultura e a produção de bens elaborados, semi-elaborados e não elaborados destinados à exportação.

Do ponto de vista político, a coligação dos proprietários defende a revisão da Constituição (que já foi derrotada no Congresso Nacional); o voto distrital misto (que permite manipular os resultados eleitorais em favor dos grandes partidos da classe dominante);

quer eliminar as barreiras constitucionais ao afluxo de capitais estrangeiros na mineração e energia elétrica; acabar com a distinção entre constitucional empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; extinguir o monopólio estatal sobre as telecomunicações, e flexibilizar o monopólio sobre o petróleo.

Em relação aos trabalhadores pretende acabar com a unidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, o papel normativo da Justiça do Trabalho, e eliminar a aposentadoria por tempo de serviço.

O PFL, por sua vez, defende um novo pacto federativo, que fortaleça o poder local e descentralize o exercício do governo — isto é, quer manter as bases do velho coronelismo, do qual é herdeiro. Quer também a aprovação da lei de patentes exigida pelo imperialismo, e acabar com o fim do ensino superior gratuito.

Polarização traduz a defesa de modelos diferentes de desenvolvimento para o país

Embora recuse o rótulo de neoliberal, Fernando Henrique repete, em seu programa, os pontos principais daquele programa — estado pequeno, moeda estável, privatizações e abertura para o capital estrangeiro.

A polarização entre estes dois programas — o da Frente Brasil Popular e de Lula, de um lado, e o da frente dos proprietários e da elite e de Fernando Henrique, de outro — traduz a defesa de modelos de desenvolvimento diferentes para o país. A crise brasileira vem do final dos anos 70; ela radicalizou-se nos anos 80, quando pela primeira vez em muitos anos o Brasil andou para trás, com taxas de crescimento negativas. Praticamente todo o receituário ortodoxo das elites brasileiras e do FMI foi aplicado. O resultado foi a piora constante das condições de vida do povo e o aumento da concentração das rendas e da propriedade no país. A solução que Fernando Henrique



REPORTAGE

prega para a crise consiste na consolidação das perdas que os trabalhadores tiveram nesses anos todos e no reordenamento da economia brasileira de acordo com os interesses do imperialismo.

Contra essa pretensão da elite conservadora brasileira, o programa da Frente Brasil Popular quer capitalismo novo para o Brasil, voltado para as necessidades da nação, inserido soberanamente no conjunto das nações, baseado nas forças e no potencial do povo brasileiro. Quer a formação de um mercado interno de massas. Mesmo limitado, trata-se de um objetivo progressista, que se alcançado colocará o povo brasileiro num novo patamar de bem estar social.

Além disso, a vitória popular nas eleições presidenciais deste ano acirrará as contradições existentes no país. Abrirá as comportas para a enorme demanda social dos explorados e excluídos. Colocará em novo patamar antigas bandeiras dos trabalhadores por

transformações profundas na sociedade. Desta forma, dará novo impulso à luta avançada e consequente pela superação do capitalismo no Brasil.

NOTAS

- (1) Partido dos Trabalhadores, Comissão Nacional de Programa de Governo do PT 94, *Programa de Governo - Projeto para discussão*. **Cadernos de Teoria e Debate**, São Paulo, março de 1994
- (2) Cardoso, Fernando Henrique, «Reforma e Imaginação», **Folha de S. Paulo**, 10.7.94
- (3) **Jornal do Brasil**, 27.6.94
- (4) *Proposta de programa de governo do PSDB*, publicada em **O Estado de S. Paulo**, 18.5.94
- (5) Partido da Frente Liberal (PFL), Comissão Nacional de Estudos e Programas, **Princípios e metas fundamentais para um Programa de Governo**, eleições de 1994, 1ª versão. (Versão para debate), Brasília, 1994

* Jornalista. Participou da elaboração do programa da Frente Brasil Popular.

O que está em jogo nas eleições quase-gerais de 3 de outubro no Brasil

João Batista Lemos *

As eleições quase-gerais do final do ano são decisivas para o futuro do país. Serão eleitos presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. O que se disputa é em que mãos ficará o governo, a serviço de que projeto político — o das elites ou o das correntes populares e democráticas. Esta batalha eleitoral, que mobiliza todas as forças da sociedade, não está desvinculada da luta de classes que se desenvolve aqui e no mundo.

Com a derrota temporária das primeiras experiências socialistas e o fim da bipolaridade, o mundo vive atualmente uma situação de hegemonia do capitalismo. Contraditoriamente, esta hegemonia — especialmente no campo ideológico — vem acompanhada de uma crise econômica profunda do modo de produção capitalista. Crise esta que se constitui no fator principal da instabilidade política reinante no planeta.

As contradições da atualidade se desenvolvem de forma acelerada, tanto quanto é acelerado o processo de desenvolvimento das forças produtivas e também o da globalização da economia. A apropriação privada da produção social leva a patamares nunca

vistos a centralização e concentração de riquezas. Hoje, cerca de 20% da população mundial usufruem de 80% das riquezas produzidas. No outro extremo, 80% dos habitantes da terra dividem os 20% restantes.

O capitalismo tem conseguido resolver, com muita dificuldade, somente os problemas materiais de um terço da humanidade. Se, de um lado, o avanço tecnológico extraordinário faz com que se alcance níveis elevadíssimos de produtividade, do outro ele mesmo exclui enormes contingentes do processo produtivo, do mercado de consumo e do progresso de nossa época.

Tanto que aumentam os índices de desemprego estrutural, de trabalho em condi-



RODOLFO CALZADILLA

Em batalhas como a do «Fora Collor» os setores populares acumularam força

ções precárias e de subemprego — mesmo nesta «sociedade de 1/3». A exclusão social não vitima apenas os povos do chamado «terceiro mundo». Ela já é uma realidade deprimente nas ruas dos Estados Unidos e da Europa. Nos países periféricos, este quadro é agravado ainda mais, num quadro típico de barbárie.

Além disso, intensifica-se a guerra comercial entre os países imperialistas na disputa pelos reduzidos mercados. Aumentam as guerras regionais, que trazem como resultado o genocídio de grandes levas humanas — como em Ruanda e na Bósnia. A realidade vai demonstrando a incapacidade do capitalismo resolver os graves problemas da humanidade. A lógica do capital é perversa!

Mesmo assim, a burguesia não recua. Procura saídas para manter, a todo custo, seu sistema de exploração. O Grupo dos Sete Grandes (G-7), que reúne os países mais ricos do mundo, busca caminhos para superar a atual crise. Suas últimas reuniões se concentraram, em boa parte, na discussão de como enfrentar o desemprego e retomar o crescimento econômico. A burguesia também teme o colapso do seu modo de produção anacrônico.

Com hegemonia política, econômica e militar, os EUA tentam impor seu modelo de

«nova ordem mundial», com a divisão internacional do trabalho sob a ótica do neoliberalismo. As economias dos países dependentes se tornam subsidiárias ou complementares das economias dos países centrais. O remédio neoliberal é ainda mais amargo para os trabalhadores e as nações dependentes.

O imperialismo ataca a soberania das nações e procura «redefinir» o papel do Estado, «privatizando-o» ainda mais. Ele também se empenha em restringir a democracia e em quebrar a chamada «rigidez» trabalhista, com a flexibilização dos direitos sociais e individualização das relações de trabalho — leia-se com o fim das conquistas históricas dos trabalhadores.

Diante de tamanha ofensiva, ressurgem sinais de resistência dos assalariados e dos povos oprimidos. Eles reaparecem no cenário internacional como atores, seja nas greves operárias da Europa, na resistência armada em Chiapas (México), nos protestos na Argentina, bem como na posição independente da China e da Coreia do Norte, na luta heróica do povo cubano e na vitória de Mandela na África do Sul. Acentua-se, de forma preponderante, a contradição entre os países imperialistas e os povos das nações dependentes.

Neoliberalismo esbarra em resistências no Brasil, num processo político singular

O Brasil, como não podia deixar de ser, está inserido neste sombrio quadro mundial. Ele também sofre com a onda do neoliberalismo. As medidas econômicas implementadas pelas elites, em especial agora com o chamado plano FHC-2, pouco têm de originais. São formuladas nos sinistros laboratórios das multinacionais e dos credores externos. Fazem parte do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e de outros organismos imperialistas.

No entanto, o país também apresenta as suas particularidades. A trajetória política recente é bastante singular. Indica que as elites encontram obstáculos para implementar, em sua plenitude, o projeto neoliberal. Os exemplos desta resistência são inúmeros e demonstram a potencialidade da luta de classes neste complexo Brasil — que é a décima economia do mundo e, ao mesmo tempo, o segundo colocado em concentração de rendas no planeta.

Com a eleição de Collor, as elites se sentiram na ofensiva, como se tivessem uma «chance» ímpar. Mas logo o seu serviço voluntarista foi atropelado pelo movimento de massas que resultou na inédita vitória do *impeachment*. Outra tentativa de manobra se deu com o projeto do parlamentarismo conservador — que foi barrado em plebiscito nacional.

Ainda sob o impacto destas derrotas, elas tiveram que amargar novo desgaste com a CPI do Orçamento. A exemplo do que ocorre em países capitalistas «avançados», como Japão, EUA e Itália, este processo trouxe a tona toda a podridão da burguesia. Mesmo que limitado, resultou no afastamento de importantes lideranças políticas conservadoras do Congresso Nacional.

O outro fato marcante foi a derrota da revisão constitucional. As classes dominan-

tes — com todo o aparato de manipulação da mídia e os dólares dos lobistas da Fiesp, CNI e oligopólios estrangeiros — não conseguiram viabilizar este golpe, visava simplesmente adaptar a Constituição para abrir caminho à implantação completa do projeto neoliberal. Talvez esta tenha sido a derrota mais sentida das elites!

Apesar dos obstáculos, a burguesia se mantém na ofensiva e dá as cartas

Em todos estes embates, os partidos populares e os setores progressistas e nacionalistas da sociedade jogaram papel fundamental. No caso da revisão, eles se uniram na defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores. Estas vitórias parciais expressaram o sentimento mudancista do povo, mas também contaram com as contradições existentes nas classes dominantes. Estas serviram como força de reserva — que, com habilidade, sempre deve ser utilizada.

Esse breve relato serve para mostrar a singularidade do processo político brasileiro. Mas não pode levar à subestimação das forças burguesas. Na verdade, mesmo derrotadas nestas escaramuças, elas continuam no ataque. Não desistiram de implantar o projeto neoliberal e nem, muito menos, pensar em entregar os rumos do país às correntes populares. Só aos ingênuos cabe a crença cega no tal jogo democrático das elites, na democracia burguesa como valor universal.

O que a burguesia não conseguiu com a manobra da revisão e outros artifícios, ela tenta agora com o tal plano Real e com a candidatura de Fernando Henrique. Isto indica que, se é verdade que as classes dominantes não estão conseguindo impor seus interesses mais estratégicos, também o é que as forças populares e progressistas continuam numa atitude de resistência. Elas ainda não superaram a situação de defensiva, não alteraram a correlação de forças no país.

Luta-se pela reposição das perdas, pela manutenção dos direitos ameaçados, contra a fome e o desemprego, contra a privatização e o entreguismo, etc. Mas não se vive uma fase de avanços, de conquistas de melhores condições de vida e de retomada do desenvolvimento de forma soberana. Mesmo as vitórias parciais não conseguem se viabilizar nos marcos do corporativismo, da luta econômica ou da balela do «sindicalismo propositivo». Só são alcançadas no terreno político!

Elites encaram a sucessão presidencial como batalha decisiva para o seu futuro

Daí a importância da próxima batalha eleitoral. As classes dominantes sabem disto. Tanto que se prepararam para o confronto com antecedência. Aprovaram uma lei eleitoral que dificulta a vida dos partidos de esquerda. Restringiram o tempo e a forma da propaganda gratuita no rádio e TV. Institucionalizaram a contribuição financeira das empresas aos seus candidatos, enquanto vigiam e perseguem os sindicatos e outras organizações populares.

Além disso, prevendo uma eleição polarizada, fizeram de tudo para superar suas diferenças e garantir a coesão em torno de um candidato único das elites. Isto é que explica a desistência de Maluf e as renúncias, em plena campanha, dos candidatos do PRN e do PL. Neste sentido, a coligação PSDB-PFL-PTB não tem nada de estranha. Ela é natural. Celebra o pacto do grande empresário para derrotar as forças populares e dar novo fôlego ao neoliberalismo no Brasil.

Por último, numa jogada de mestre, orquestraram um plano econômico para ter impacto às vésperas da eleição. Através dele e dos recursos da mídia, procuram adocicar o amargo remédio neoliberal para iludir a população — num típico estelionato eleitoral (**leia artigo sobre o plano nesta edição**). Como se observa, as elites tramam novas

iniciativas para se perpetuar no comando do país. Elas ainda dão as cartas!

Para isto, usam a figura de Fernando Henrique Cardoso — como usaram no passado recente a de outro Fernando, o Collor. Sabem que sua vitória daria livre curso à ofensiva do capital externo. Aceleraria o processo de privatização das estatais estratégicas; permitiria a aprovação da lei das patentes a gosto dos EUA; abriria espaço à flexibilização dos direitos sociais (já tão achincalhados) e à terceirização sem controle; reduziria o papel do Estado — entre outras iniciativas de caráter nitidamente neoliberal.

A candidatura popular tem consistência e pode mudar o cenário político do país

Apesar dessa avalanche, os setores populares e democráticos estão no páreo. O vigor da candidatura Lula reside exatamente na já citada acumulação de forças dos últimos anos. Sua consistência decorre do **impeachment** de Collor, da CPI do Orçamento, da



Jailton Garcia

luta vitoriosa contra a revisão. Isto para não falar de outras vitórias políticas de envergadura, como a campanha das diretas e o fim do regime militar, e também do fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil.

Exatamente esta singularidade do processo da luta de classes no país é que permitiu que as esquerdas se unificassem em torno da candidatura Lula, da Frente Brasil Popular. Essa coligação reúne a maioria das lideranças populares e congrega os partidos que resistem, de variadas formas, à ofensiva neoliberal (PT, PCdoB, PSB, PSTU, PPS, PMN, PCB e dissidentes do PSDB). Só ficaram de fora o PDT de Brizola e os poucos setores progressistas que ainda restam no PMDB.

Neste quadro de tantas contradições, no mundo e especialmente no Brasil, as eleições de outubro/novembro definirão os novos horizontes políticos. João Amazonas, em recente carta dirigida à militância do PCdoB, escreveu de forma lúcida o significado histórico da batalha eleitoral em curso e da possível vitória da candidatura Lula:

«Surge a possibilidade de derrotar nas urnas as elites dirigentes, seus candidatos e partidos reacionários. De eleger um presidente de origem popular, ainda que apresente deficiências. De renovar politicamente o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas. Uma vitória desse alcance mudará, em certa medida, a correlação de forças no país, criará condições para proceder as transformações de maior envergadura, aprofundará a luta entre as forças reacionárias e as correntes progressistas, possibilitará a participação das amplas massas na vida do país, visando a conquista de um regime mais avançado.»

* Integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Para garantir a vitória popular nas eleições, entretanto, será necessário explicitar a polarização aqui analisada. Deixar claro que existem dois projetos em confronto — um das elites e outro das massas assalariadas e excluídas. Não se trata, como pretende alguns adoradores do jogo eleitoral burguês, de uma mera disputa entre «estadistas», que civilizadamente apresentam suas propostas de administração da crise capitalista. Trata-se, isto sim, de um confronto histórico que pode alterar profundamente a correlação de forças no país.

Além da intransigente defesa dos interesses nacionais, democráticos e populares, será preciso ainda ter habilidade para ampliar o campo de alianças, atraindo novas forças políticas — principalmente com vistas ao segundo turno. É possível colocar cunhas no campo adversário, aproveitando-se de suas possíveis divisões. É preciso superar qualquer margem de sectarismo, norteando-se pela questão política maior e não por exclusivismos partidários.

Por último, e de grande importância, será necessária a ação aguerrida, dinâmica e criativa da militância forjada nos embates políticos dos últimos anos. Aí reside a maior força e o patrimônio mais valioso dos partidos que compõem a Frente Brasil Popular. Engajada na campanha, ela pode ser capaz de empolgar as amplas massas do povo. Em movimento, estas têm condições de mostrar que não há mídia, nem máquina governamental ou poder econômico que impeça a vitória de Lula. E aqui entra em campo o movimento sindical, que está chamado a ocupar papel de destaque nesta batalha decisiva!

Como o sindicalismo mundial se comporta nas disputas eleitorais

Augusto Cesar Buonicore *

No calor da disputa sucessória no Brasil, as elites e seus meios de comunicação desenvolvem intensa campanha contra o engajamento de sindicalistas. Ameaçam com uma CPI da CUT, anunciam que agentes do ex-SNI espionam entidades e, via justiça eleitoral, aterrorizam as lideranças. A ingerência é evidente. Mas como se comporta o sindicalismo de outros países nas batalhas eleitorais. No artigo a seguir, o autor analisa três experiências mundiais (Inglaterra, Alemanha e EUA) e fala dos entraves à politização do movimento sindical no Brasil.

Há alguns meses atrás, aproveitando-se do clima criado pelo assassinato do sindicalista Osvaldo Cruz, do Sindicato dos Condutores do ABC paulista, a grande imprensa e os grupos conservadores buscaram ressuscitar a proposta de uma CPI da CUT. O grande crime cometido pelos sindicalistas da região seria o de um suposto financiamento às campanhas eleitorais de partidos e coligações de esquerda, especialmente durante a disputa presidencial de 1989.

Sem dúvida esta foi uma maneira torpe de desviar as atenções públicas dos escândalos que as elites estavam mergulhadas. Com esta trama, elas procuravam desmoralizar as

únicas forças políticas que não haviam se envolvido no mar de lama das corrupções. Mas este acontecimento teve um lado positivo, que foi o de suscitar no Brasil o velho debate sobre qual a relação que deve existir entre os sindicatos e os partidos políticos.

Uma pergunta salta aos olhos desde logo: deve um sindicato apoiar este ou aquele partido político, esta ou aquela coligação partidária, em particular num período de disputa eleitoral? Apesar da simplicidade da questão, a resposta é mais complexa do que pode parecer a primeira vista. Para a mesma questão podem existir inúmeras respostas.

Seria um erro grosseiro encarar a relação partido/sindicato de maneira a-histórica, através de modelos prontos e acabados, desconsiderando as particularidades de cada país e não tendo em conta a correlação de forças existente em cada conjuntura particular. O esquematismo neste campo, como em qualquer outro, não poderia oferecer respostas satisfatórias. Para contribuir neste debate, expomos a seguir como este problema se colocou para o movimento operário em cada país e em cada período histórico.

Marx critica o economicismo que predomina no início do movimento sindical inglês

Um dos aspectos mais característico do sindicalismo europeu, ao contrário do norte-americano e do brasileiro, é a vinculação mais ou menos estreita (inclusive orgânica) entre sindicatos e partidos políticos, especialmente os socialistas. Em alguns casos, o partido foi criação do movimento sindical (Inglaterra). Em outros, os sindicatos foram criação do partido socialista (Alemanha). A gênese de cada organização iria determinar a especificidade da relação partido/sindicato em cada um desses países.

A formação dos sindicatos na Inglaterra é muito antiga, remonta ao século XVIII, embora a primeira legislação que autorizava o seu funcionamento legal só fosse promulgada em 1824. O mesmo não se pode dizer a respeito dos partidos operários. Depois de um período de intensa atividade política dos operários ingleses, seguiu-se, principalmente após a derrota dos cartistas em 1848, um período de refluxo e desmoralização no qual ganhou corpo uma visão estreita de sindicalismo — economicista e despolitizada.

No seu tempo, Marx e Engels travaram uma luta acirrada contra tais concepções atrasadas que dificultavam a independência de classe dos operários e a sua emancipação. Ambos concentraram as suas críticas no limite estrutural da ação sindical pura e sim-

ples e no descaso dos líderes sindicais para com a construção de um partido operário independente.

«Ao reclamar um aumento de salário», afirmava Marx, «o operário está exigindo apenas o valor acrescentado do seu trabalho, como um vendedor de qualquer mercadoria». (1) Ou como afirma em outra passagem sobre as greves econômicas: «seus esforços para elevar os salários não passam de tentativas para manter o valor atribuído ao trabalho (...) A necessidade de discutir o seu preço com o capitalista está ligada à condição que o obriga a vender-se como uma mercadoria». (2)

Por fim, Marx dizia que os operários «não devem superestimar o resultado final dessa luta cotidiana. Não podemos esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos... que aplicam paliativos, mas não curam a doença». (3) Ao colocar a sua ação no campo exclusivo da luta econômica/sindical estes líderes se transformavam em meros «mercadores» da força de trabalho dos operários e não lutadores consequentes pela sua emancipação, uma emancipação que passa justamente pelo fim da mercantilização da força de trabalho operária.

«A classe operária inglesa», afirmava Marx em 1878, «tem se tornado, pouco a pouco, mais e mais desmoralizada pelo período de corrupção desde 1848 e tem chegado ao ponto de ser nada mais do que a cauda do grande Partido Liberal, isto é dos seus opressores capitalistas». (4)

Além da derrota cartista, outro motivo que levava a despolitização do movimento operário inglês era a expansão do domínio britânico sobre o mercado mundial. Esta seria para Engels «a base econômica da insignificância política dos trabalhadores ingleses. Arrastando-se atrás da burguesia e participando sempre das vantagens da exploração econômica deste monopólio, os proletários, como é natural, seguem politicamente o grande Partido Liberal». (5) Para Engels, a situação tenderia a se modificar quando «os proletários sentissem que o monopólio mundial inglês está fracassando».

Sindicalismo organiza o Labour Party e participa dos processos eleitorais

As previsões de Engels, em parte, foram concretizadas. A crise que atingiu a Inglaterra entre 1884 e 1886 ampliou a discussão sobre a necessidade de uma organização política independente dos trabalhadores. Em 1893, o Congresso anual do TUC (Trade Union Congress — a central sindical inglesa) conclama os sindicatos a apoiarem candidatos comprometidos com os interesses dos operários. No mesmo ano é fundado, por iniciativa do mineiro escocês Keir Hardie, o Independent Labour Party.

No ano de 1899, outro congresso do TUC toma a iniciativa de convocar uma conferência cujo o principal objetivo era fundar um comitê pela representação do trabalho. Nesta conferência, realizada em 1900, foi eleita uma coordenação que teria por função gerir um fundo comum para sustentação das campanhas eleitorais.

Seis anos depois de sua fundação, o Comitê Pela Representação do Trabalho tem uma importante vitória elegendo 29 parlamentares, que passam a formar uma bancada trabalhista no parlamento. Constituíam-se assim o Labour Party, que não era propriamente um partido socialista, embora convivessem em seu interior diversos grupos socialistas. O fato do Labour ser criação do próprio movimento sindical levou a que se consolidasse dentro dele uma política com um forte viés econômico/corporativo.

Durante longos anos, a adesão individual ao partido foi proibida ou bastante restringida. A filiação era coletiva e automática, feita através do sindicato. O número de votos nos congressos do partido se fazia por delegações, segundo o número de membros filiados em cada sindicato ou cooperativa. Os grandes sindicatos mantinham (e em grande parte ainda mantém) o controle sobre o Labour Party.

A primeira grande luta travada pelo TUC e pelo Labour foi justamente em defesa da liberdade sindical. Em 1908, um sindicalista

chamado W.V.Osborne entra com uma ação contra a «Amalgamated Society of Railway Servants», visando impedir que este sindicato financiasse candidatos comprometidos com os seus objetivos. Rapidamente a justiça inglesa acolheu a denúncia e proibiu os sindicatos de contribuírem com qualquer candidatura ou partido.

O movimento sindical realiza então uma grande campanha contra a intervenção indevida do Estado na vida sindical, defendendo o direito de dispor livremente das contribuições arrecadadas de seus aderentes. Só aos trabalhadores filiados caberia decidir como seria aplicado este dinheiro. A campanha chega ao fim em 1913, quando é aprovado um novo «Trade Union Act». Esta lei autorizou os sindicatos a utilizarem os seus fundos da maneira desejada, inclusive no financiamento de partidos e campanhas, desde que com autorização da maioria de seus membros.

Esta lei viria a ser alterada após a derrota da greve geral que abalou a Grã-Bretanha em 1926. A nova legislação, o «Trade Dispute Act», entre outras coisas, restringia a possibilidade de ação política dos sindicatos ingleses. Ela determinou o fim das cotizações automáticas dos sindicalizados ao Labour. O sindicalizado agora deveria assinar individualmente uma declaração concordando com o desconto.

A luta contra o «Trade Dispute Act» durou vinte anos. Apenas em 1946, depois da esmagadora vitória eleitoral dos trabalhistas, é que o movimento sindical conseguiu fazer com que se revogasse esta infame lei. Até os dias de hoje, a maior parte das receitas do Labour Party provém das cotizações dos membros dos sindicatos. E, embora numa proporção menor do que no passado, uma boa parte dos dirigentes nacionais e dos parlamentares do partido saem dos quadros sindicais.

Socialistas da Alemanha organizam os sindicatos e politizam sua atuação

Na Alemanha, o partido se desenvolveu antes do que os sindicatos e, por isso mesmo,

desde o início exerceu grande influência sobre eles. No Congresso de Gotha, que praticamente fundou o Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), em 1875, foi estabelecido o parâmetro da relação entre o partido e os sindicatos. Nesta relação, caberia ao primeiro o papel dirigente, a quem o sindicato deveria se subordinar.

Esta concepção predominaria, com nuances, no movimento social-democrata europeu por dezenas de anos. Em 1893, no Congresso da II Internacional, o socialista Bebel afirmaria: «Contra um poder tão fortemente organizado como o dos Krupp, o movimento sindical não pode fazer absolutamente nada».(6) No Congresso seguinte, Guesdes reforçaria tal opinião: «Não é da ação sindical que devemos esperar a tomada de possessões dos meios de produção. É preciso, antes de tudo, tomar o governo que monta guarda ao redor da classe capitalista».(7)

O crescimento rápido dos sindicatos criaria problemas nesta relação. Em 1901, eles possuíam cerca de 680 mil filiados; em 1904, este número já havia subido para 1.052 milhões, enquanto o número de aderentes do PSDA mal chegava a 400 mil. O crescimento do número de sindicalizados e o desenvolvimento pacífico do capitalismo levam os sindicatos a montar grandes estruturas (sedes, gráficas, editoras e clubes) e a acumular vultuosos fundos financeiros. Isto agravou o burocratismo sindical e criou uma preocupação excessiva em relação a qualquer ato que pudesse por em risco tal estado de coisas.

A revolução Russa de 1905, que teve na greve política de massas um de seus instrumentos privilegiados, abalaria a calma política alemã. O Congresso do PSDA em Jena (1905), refletindo a radicalização política que crescia, aprova uma resolução aceitando a hipótese de utilização da greve geral política como meio legítimo para garantir e ampliar os espaços democráticos.

Os sindicalistas alemães, por outro lado, entraram em pânico diante da possibilidade de se reproduzir na Alemanha o que ocorrera na Rússia. «Não somos de nenhum modo

partidários das demonstrações de rua», afirmou o órgão oficial dos sindicatos. O congresso sindical realizado em Colônia aprovou uma moção rejeitando qualquer possibilidade de utilização da greve geral. Para estes sindicalistas, qualquer ação mais ampla e radical das massas operárias levaria a uma desorganização dos sindicatos.

Cresce, entre os líderes sindicais, a idéia de neutralidade e independência dos sindicatos frente ao Partido Social Democrata. Legien, o principal dirigente sindical da Alemanha, afirmaria: «para os sindicatos o que conta não é a resolução tomada no Congresso de Jena, mas a tomada em Colônia».(8)

Burocratização incentiva idéia da neutralidade e da conciliação de classes

Rosa de Luxemburgo seria a principal crítica das posições dos sindicalistas. «Os sindicatos», afirmaria ela, «representam os interesses de grupos particulares... a Social Democracia representa a classe operária e os interesses gerais de sua emancipação... As ligações dos sindicatos com o Partido Socialista são a de uma parte ao todo».(9) Para Rosa a teoria da «igualdade de direito» entre sindicatos e partido socialista «não é um simples mal entendido, uma simples confusão teórica, mas exprime a tendência bem conhecida da ala oportunista». (10)

Para ela, não foi a aparente neutralidade que garantiu que os sindicatos pudessem se fortalecer, tornando-se potências. «Quando o operário alemão livre para aderir a um sindicato cristão ou mesmo liberal opta pelo sindicalismo livre (social-democrata) é porque vê neles as organizações da luta de classes moderna». E, para comprovar a sua tese, ela se utiliza do fato de que o número de eleitores da social-democracia seria muito superior ao número de sindicalizados, concluindo: «É a Social-Democracia que na Alemanha constitui a escola de recrutamento para os sindicatos».(11)

Adotando o ponto de vista hegemônico na social-democracia até então, Rosa se posiciona contra o fato «monstruoso» de que os congressos do partido e dos sindicatos, discutindo ordens do dia semelhantes, conduzam a resoluções diferentes ou mesmo absolutamente opostas. «Para solucionar esta distorção é preciso subordinar de novo os sindicatos ao partido para o interesse próprio das duas organizações. Não se trata de destruir toda a estrutura sindical no partido, trata-se de estabelecer entre as direções do partido e dos sindicatos, entre os congressos do partido e dos sindicatos, uma relação entre o movimento operário em seu conjunto e o fenômeno particular e parcial chamado sindicato».(12)

Nos fins de 1905, crescem as manifestações operárias e populares exigindo reformas eleitorais e com elas crescem também os debates sobre a relação entre a situação russa e alemã. O próprio Bebel afirmaria no Reichstag: «Em certas condições também os povos da Europa ocidental teriam podido mostrar aos seus patrões o que o povo russo havia mostrado ao seu». E, dirigindo-se ao governo e as classes dominantes, lançaria um ultimato: «Ou percorrem um outro caminho ou ocorrerá também na Alemanha o que ocorreu na Rússia...façam as reformas!».(13)

O governo prussiano reagiria duramente, afirmando que «a Alemanha não era a Rússia e que o governo saberia impor a ordem interna». É divulgado um documento secreto de Guilherme II ao chanceler Von Bülow no qual autoriza o esmagamento da social-democracia caso ela ousasse ultrapassar os limites autorizados.

A pressão dos sindicatos, somado as ameaças da reação, fizeram com que a direção do partido recuasse. Em fevereiro de 1906, o secretariado do PSDA e a direção dos sindicatos chegaram a um acordo pelo qual o partido se comprometia a: 1ª) não deflagrar uma greve política de massas; 2ª) caso ela eclodisse, ele poderia dirigí-la, desde que desresponsabilizando os sindicatos, resguardando-os assim de qualquer medida legal.



Abri Press

O Congresso do PSDA em Mannheim (1906) representaria uma vitória dos sindicalistas. A possibilidade da greve política foi praticamente eliminada como possibilidade efetiva. O partido e os sindicatos passavam a ter a «mesma dignidade», embora estes últimos devessem ainda se manter no campo da social-democracia.

Mesmo depois de 1906 permaneceu uma estreita relação entre os sindicatos e a social-democracia, embora desaparecesse a ligação orgânica e subordinada. Uma coisa é certa: a medida que os sindicatos se faziam mais fortes e mais ricos, tendiam a aumentar a sua influência dentro dos partidos social-democratas e vice-versa.

Pragmatismo sindical dos Estados Unidos fortalece os partidos da burguesia

Outro modelo de relação partido/sindicato, que destoa dos anteriores, foi o seguido nos Estados Unidos. Após a derrota da Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, no século passado, desenvolveu-se no movimento sindical uma forte tendência economicista, que apregoava a separação radical entre a ação sindical e a política. Samuel Gompers, fundador e presidente por décadas da central americana (AFL), era o principal porta-voz deste «sindicalismo puro e simples». No seu início, a AFL chegou a se posicionar contra toda legislação que procurasse regulamentar as condições e as jornadas de trabalho. Afirmava que o Estado não devia se intrometer na relação entre trabalho e capital. Somente aquilo que podia ser conquistado pela negociação direta entre patrão e empregado deveria ser considerado.

Mas esta posição extremada não pode se sustentar por muito tempo. As constantes pressões judiciais e a política anti-sindical de sucessivos governos levaram os sindicatos a darem mais atenção as políticas institucionais. Diferentemente dos sindicalistas europeus, entretanto, sua participação na arena

política não se fez de forma independente e classista. Predomina a visão lobista.

Os sindicalistas americanos não procuraram construir um partido operário e socialista (ainda que reformista). Eles se contentaram em dar apoio aos candidatos dos grandes partidos da burguesia (Democrata e Republicano). O lema preferido de Gompers, no campo da política eleitoral, era o de «recompensar os amigos e punir os inimigos».

Em 1908, diante a recusa dos republicanos em adotar um programa pró-sindical, Gompers e a AFL apóiam o candidato do Partido Democrata, Willian Bryan, para a presidência da República. Derrotados, democratas e sindicalistas voltam a se reunir para as eleições de 1912, quando vencem os republicanos e elegem W. Wilson. Em 1924, a AFL sustentaria a candidatura alternativa de La-Folette contra republicanos e democratas, pois as duas candidaturas apresentadas eram conservadoras e anti-sindicalistas.

Se a AFL, em geral, era um pouco recatada em matéria de apoio explícito a candidatos e partidos (embora nunca se omitisse quando necessário), a CIO, fundada em 1938, era mais ousada. Desde o seu nascimento, esta nova central sindical se posicionou abertamente favorável ao governo Roosevelt. A CIO fundaria em 1943 o «Political Action Comitê» (PAC), cujo os objetivos eram: 1^o) sustentar candidatos favoráveis ao progresso social; 2^o) dar às massas educação política; 3^o) lutar contra o absentismo eleitoral, que favorecia a direita. O principal objetivo, porém, era garantir a eleição de Roosevelt para o seu quarto mandato consecutivo.

AFL-CIO faz campanha para Bill Clinton sem combater a exploração capitalista

Em 1947, aproveitando-se da onda reacionária que começava a varrer os Estados Unidos, o congresso aprova a lei «Taft-Har-

tlej», que interdita o financiamento direto dos sindicatos para campanhas eleitorais a nível nacional. Como resposta, a AFL decide fundar uma associação análoga ao PAC. Em 1948, é criado o «Labour's League for Political Education», que seria financiada pelos sindicatos filiados a AFL na base de 10 cents de dólar por sindicalizado.

Com a fusão da AFL e CIO, em 1955, é criada uma outra entidade, o «Comitee on Political Education» (COPE), que continuou a recolher fundos com vista a sustentar candidatos «amigos».

A influência dos sindicatos nas eleições, embora exista, é bem mais fraca do que a existente nos países europeus devido a pouca expressão do sindicalismo no conjunto da população, inclusive entre os assalariados. No final da década de 40, apesar dos esforços, o movimento sindical não conseguiu impedir a eleição de Taft (inimigo número um dos sindicatos) para o Senado, que venceu inclusive em áreas operárias. Em 1952, apóia Adlai Steveson contra o General Eisenhower e é derrotado — derrota que se repetiria na eleição seguinte.

Nos fins da década de 70 e início dos anos 80, a AFL-CIO jogou toda sua influência para impedir a vitória e a reeleição de Reagan, apoiando Walter Mondale. Só que foi derrotada e acabou sendo uma das principais vítimas da política neoliberal dos republicanos. Nas eleições de 93, colocou toda sua máquina a favor de Bill Clinton.

No fim do ano passado, o presidente da AFL-CIO, Lane Kirkland, anunciou qual será a posição dos sindicalistas na próxima eleição presidencial: «Sem vacilar, declaro aqui que quando o presidente Clinton lutar pela reeleição contra o candidato escolhido pelos republicanos... o movimento sindical estará ao lado dele, lutando ombro a ombro por um futuro melhor».(14)

A maior responsabilidade pela baixa influência política dos sindicatos entre as massas assalariadas é a da própria ação pragmática e pró-capitalista adotada pelos sindicalistas americanos. Eles postulam uma política que não permite a construção de uma

consciência de classe independente, não possibilitando ao proletariado que se constituía em classe autônoma contraposta politicamente a burguesia.

Isto só teria sido possível se o sindicalismo americano tivesse optado pela construção de um partido operário com uma ideologia anti-capitalista e com uma política cujo os objetivos estivessem além dos limites impostos pela sociedade de classes norte-americana. Mas o conhecido pragmatismo sindical americano, que já produziu tantas mazelas, sempre inviabilizou este caminho.

Comunistas defendem a autonomia e a politização dos sindicatos no Brasil

Até a década de 20, o problema da relação partido/sindicato se colocava de uma maneira bastante particular no Brasil. Aqui existia um movimento sindical relativamente fraco, embora bastante combativo. A maior influência era dos anarco-sindicalistas, que tinham como um dos seus pontos programáticos a negação da ação política institucional. Eles eram contra a organização da classe operária em partidos políticos. Com o surgimento e posterior desenvolvimento da corrente comunista, esta situação tenderia a se modificar.

Os comunistas, seguindo a política indicada por Lenin (especialmente após a Revolução Russa e o rompimento com a direita e o centro social-democrata), buscaram construir um sindicalismo unitário e de massas que congregasse todos os trabalhadores — sem distinção partidária ou ideológica. Os sindicatos não deviam estar atrelados organicamente aos partidos, como rezava a antiga tradição da social-democracia europeia (que Lenin chegou a defender), mas sim autônomos. O que não significava serem neutros em relação a luta política de classes ou mesmo na luta partidária.

A direção política deveria ser conquistada não através de medidas administrativas, mas sim da luta de idéias dentro da classe operária e nas suas organizações. «Não é por outra razão», afirmaria Astrogildo Pereira em 1923, «que a Internacional Comunista preconiza a formação, dentro dos sindicatos, de núcleos comunistas. No decorrer da luta, os trabalhadores vão adquirindo consciência de seu papel histórico e das possibilidades de ação e só então estarão em condições de optar entre as diversas correntes políticas...» (15)

Até o início da década de 30 os sindicatos eram livres em relação ao Estado. A única forma de intervenção estatal era a repressão pura e simples. Não podia se destituir ou substituir os líderes operários eleitos. Mas predominava, apesar da ação dos comunistas, a pluralidade de organizações e os sindicatos ideológicos. As entidades sindicais, portanto, tinham plena liberdade para apoiar este ou aquele agrupamento político.

A concepção classista esbarra na repressão e na legislação getulista

A Revolução de 30 abria nova fase no sindicalismo brasileiro. A política do novo governo para os sindicatos baseava-se, de um lado, numa prática de concessões econômicas e sociais aos assalariados. De outro, numa tentativa de incorporar as entidades à estrutura do Estado Burguês. A princípio, num hábil jogo político, Getúlio Vargas procurou vincular as concessões de direitos sociais e trabalhistas à sindicalização nas entidades oficiais.

Com isto, o governo tentou esvaziar os sindicatos mais combativos e forçá-los a integração «voluntária». A partir de 1935, com o esmagamento do levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a sutileza foi substituída por uma brutal repressão, que praticamente pôs fim a todos os vestígios de um sindicalismo livre no país.

O Decreto-Lei número 19770, de 1931, editado logo após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dava início a construção de um sindicalismo corporativo e de colaboração com o Estado. Este «novo sindicato» passava a ter como uma de suas principais características o apoliticismo. No primeiro artigo deste decreto já constava como condição para o reconhecimento sindical a necessidade da «abstenção no seio das organizações sindicais de toda e qualquer propaganda ideológica sectária, de caráter político, social e religioso».

Era proibido também o sindicalista se candidatar a «cargos estranhos à natureza e à finalidade da associação». Na prática, era vedados aos sindicatos o exercício de qualquer atividade política, especialmente as partidárias. O Decreto-Lei 1402, de 39, acrescentaria ainda mais um item: «a ineligibilidade para os que professassem ideologias incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais». Era o chamado «atestado ideológico». A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que unificaria todos os decretos anteriores, seria o apogeu deste processo de construção do sindicalismo de estado no Brasil.

Segundo a CLT, toda a crítica feita a qualquer aspecto, mesmo que secundário, da política do governo poderia ser considerada propaganda de «doutrina incompatível com as instituições e com os interesses da Nação». Cabia apenas ao governo de plantão julgar quais eram estes interesses. Vale acrescentar que a propaganda favorável ao governo não só era permitida como era amplamente incentivada. Na verdade, durante os governos discricionários, as únicas políticas proibidas eram as classistas e socialistas. Um dos poucos pontos acrescentados pós 43 foi o da proibição da cessão, gratuita ou remunerada, da sede do sindicato para entidades de cunho político-partidário.

Forte pressão ideológica gerou defensismo político nas direções e nas bases

O fim do Estado Novo, em 1945, não revogou os artigos da CLT que restringiam

a liberdade sindical e atrelavam o sindicato ao Estado. Por isso, a CLT serviria muito bem aos governos autoritários e ditatoriais. O governo Dutra, por exemplo, se utilizaria dela para intervir em cerca de 400 sindicatos. Os generais de 64 não precisaram fazer grandes alterações para utilizá-los nos seus objetivos anti-democráticos e anti-populares. Afinal, ela serviria bem a qualquer governo, menos aos trabalhadores.

A estrutura sindical brasileira, imposta a partir de 30, contribuiu de forma decisiva para a difusão, junto aos assalariados, de uma concepção que separa de uma maneira estanque ação sindical e ação política. «Sindicato não é lugar de política», afirmam muitos trabalhadores. Deste ponto de vista, amplamente favorável aos patrões e ao governo, é inconcebível a participação dos sindicatos nos movimentos mais amplos em defesa da democracia e da soberania nacional.

Dentro deste modelo seria injustificável qualquer apoio sindical a um projeto alternativo ou o apoio a candidatos e partidos políticos, mesmo que estes tenham relação com o movimento geral dos trabalhadores. Constrói-se uma opinião, mais ou menos homogênea, que é preciso manter a neutralidade política dos sindicatos.

Lenin, a respeito das teses que defendiam a neutralidade dos sindicatos russos, afirmou: «A falta de cunho político significa indiferença diante da luta dos partidos. Mas esta indiferença não equivale a neutralidade... pois na luta de classes não pode haver neutros... Por isso a indiferença diante da luta não é abstenção dela ou neutralidade. A independência é o apoio tácito ao forte, ao que domina. Quem era indiferente na Rússia diante da autocracia apoiava totalmente a autocracia». (16)

Talvez o predomínio da concepção de neutralidade política dos sindicatos brasileiros se deva, em parte, as mesmas razões apontadas por Rosa de Luxemburgo ao analisar o sindicalismo alemão do início do século. «A neutralidade dos sindicatos alemães é, por seu lado, um produto da legislação

reacionária das associações e do caráter policial do Estado prussiano. Da neutralidade política dos sindicatos, estado de fato imposto pela pressão policial, extraiu-se uma teoria de neutralidade voluntária pretensamente baseada na própria natureza da luta sindical». (17)

Os trabalhadores não podem aceitar a ingerência do Estado em suas organizações

A Constituição de 1988 revogou em grande parte os dispositivos mais restritivos da CLT, entre eles aqueles que permitiam uma intervenção aberta do Estado nos sindicatos. Hoje já é possível a qualquer sindicato ingressar, e até financiar, movimentos políticos de caráter mais amplo (luta contra a revisão, contra o pagamento da dívida externa, etc) ou ceder sua sede para atividades político-partidárias.

Mas a liberdade ainda não é completa. A legislação brasileira (através da lei eleitoral) ainda proíbe os sindicatos de contribuírem financeiramente com candidatos e partidos, mesmo com o consentimento de seus associados. Mais recentemente a lei eleitoral passou a permitir que empresas privadas contribuam com campanhas eleitorais. Mas, no seu artigo 45, ela continua a proibir que candidatos e partidos recebam «direta ou indiretamente doações em dinheiro ou estimável em dinheiro» das entidades sindicais.

A simples utilização de um caminhão de som ou da gráfica de um sindicato pode custar processos judiciais com impugnações de candidaturas e cassações de mandatos. Com esta legislação, a justiça eleitoral brasileira estabelece dois pesos e duas medidas. Aumenta o poder do capital nas eleições e procura manter amarrados os braços das organizações sindicais.

Diante do exposto, voltamos a questão inicial. Deve um sindicato ou uma central sindical apoiar este ou aquele projeto políti-

co, este ou aquele partido? Para esta questão, como já afirmamos, não existe uma única resposta. Depende de uma série de condições históricas concretas e, em muitos casos, a resposta se subordina as razões de conveniência política — o que não se confunde com oportunismo ou pragmatismo.

Mas existe outra questão que merece urgentemente uma resposta. O sindicalismo deve aceitar que o Estado burguês intervenha nas relações partido/sindicato? Deve aceitar que o Estado proíba os sindicatos de apoiar este ou aquele projeto político, este ou aquele

conjunto de partidos, quando os resultados das eleições vão determinar o futuro dos trabalhadores?

A resposta para estas questões só pode ser uma: **não!** Cabe apenas aos trabalhadores a decisão de onde aplicar os seus recursos. O Estado burguês não pode restringir tal utilização. E isto não tem nada a ver com a conveniência política ou não de utilizá-lo para tal ou qual atividade. Este é um debate que o movimento sindical deve se envolver em 1994, ano de eleição presidencial. Este é um bom ano para fazê-lo!

* Historiador.
Diretor do
Sindicato dos
Servidores
Municipais de
Campinas (SP)

NOTAS

- (1) **Marx, Karl**. Sindicalismo. Ed. Ched. São Paulo. 1979.
- (2) *Idem*, pág. 84.
- (3) *Idem*, pág. 85.
- (4) **Losovski, A.** Marx e os sindicatos. Ed. Assunção Ltda. São Paulo.
- (5) *Idem*, pág. 64.
- (6) **Lefranc, George**. Sindicalismo no mundo. Publicações Europa-América. Lisboa.
- (7) **Anderson, Perry e Pizzorno, A.** Economía y política en la acción sindical. Cuadernos Pasado y Presente. Córdoba. 1973.
- (8) **Hobsbawn, E.** História do Marxismo. Volume 3. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- (9) **Luxemburgo, Rosa**. Greve de massas, partido e sindicato. Ed. Centelha. Coimbra. 1974.
- (10) *Idem*, pág. 101/102.
- (11) *Idem*, pág. 109.
- (12) *Idem*, pág. 109.
- (13) **Hobsbawn, E.** História do Marxismo. Volume 3.
- (14) **Kirkland, Lane**. «Os agentes positivos da mudança», in texto para Debate (Internacional), nº 3. Maio/94. CUT/CFDT.
- (15) **Pereira, Astrogildo**. Construindo o PCB.
- (16) **Lenin, Vladimir**. Sobre os sindicatos. Editorial Livramento. São Paulo. 1979.
- (17) **Luxemburgo, Rosa**. Greve de massas, partido e sindicato.

Plano neoliberal ilude o eleitorado, mas não elimina causas da crise

Umberto Martins*

O segundo semestre deste ano foi inaugurado com a instituição de uma nova moeda, o real, a dolarização da economia e a inversão das intenções de votos para presidente captadas pela pesquisas de opinião, impulsionada por uma poderosa campanha da mídia a favor do plano de estabilização monetária. Verificou-se uma expressiva queda do candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, e um rápido crescimento do candidato da coligação PSDB/PFL, Fernando Henrique Cardoso, que está ancorado numa ampla frente de forças conservadoras e de direita, aproximadamente a mesma que se uniu em torno de Fernando Collor em 1989.

O caráter eleitoral do plano é nítido, mas ele não pode ser visto como uma mera repetição de seus antecessores (Cruzado, Bresser, Verão e Collor). Vem de longe, como admitiu o candidato das elites à presidência, Fernando Henrique, e tem uma ambição maior, embora possa se revelar um gigante com pés de barro. Foi bolado nos laboratórios do Banco Mundial e FMI. Trata-se de um componente destacado da estratégia neoliberal para a América Latina. É parente próximo dos planos aplicados na Argentina, Peru, Bolívia e México. A análise do desempenho da economia argentina nos

últimos anos auxiliará a compreensão da essência e perspectivas do projeto neoliberal no Brasil.

O elemento comum aos dois casos é a dolarização, apesar das especificidades e diferenças de cada país neste processo. O congelamento do câmbio (aqui dito provisório) tem sido uma das bases para derrubar a inflação e não se pode dizer que seja ineficiente a curto prazo, a julgar pelas experiências mexicana e argentina. Em contrapartida, tem um custo elevadíssimo nos campos político, econômico e social, efeitos estratégicos extremamente negativos para a soberania na-

cional e é muito vulnerável às oscilações do fluxo de capital internacional, hoje em boa medida determinado pela decadência da economia norte-americana (refletida na queda do dólar). É preciso observar que a sustentação de uma paridade fixa entre as moedas locais (no caso da AL) e o dólar exige uma série de outras condições econômicas que hoje estão traduzidas na agenda neoliberal.

A evolução de alguns indicadores macroeconômicos da Argentina desde a implantação do plano (batizado de Plano Cavallo, em homenagem ao ministro da Economia do governo Menem) pode sugerir que aquele país ingressou numa era de prosperidade. É uma aparência que tem elementos de realidade. A hiperinflação (em torno de 2.300% ao ano em 1990) foi vencida. Estima-se que a evolução dos preços em 1994 não ultrapassará 4%. Verifica-se o crescimento da economia. Segundo as estatísticas do governo, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 25,5% entre 1991 e 1993, um desenvolvimento que não impediu o avanço do nível de desemprego e subemprego para 21% da População Economicamente Ativa.

A causa deste desempenho foi a inversão do fluxo de capitais entre a Argentina e as grandes potências capitalistas. Durante a maior parte da chamada década perdida (a de 80) até 1991 a transferência de recursos do país ao exterior superou (em muito) o valor dos ingressos de capital estrangeiro (basicamente empréstimos ou investimentos), devido ao peso do pagamento da dívida externa. O principal sinal da transferência líquida de riquezas às grandes potências reside no saldo (positivo) da balança comercial, cujo resultado monetário não se traduz no crescimento das reservas e muito menos em investimentos do governo ou empresas nacionais no exterior (como ocorre com o Japão): neste caso, é simplesmente apropriado pelo capital estrangeiro, na forma de lucros e juros, sendo subtraído dos investimentos e do consumo interno, num processo que acirra os conflitos entre os agentes econômicos, gera hiperinflação e cria sérios obstáculos ao crescimento do país.

O plano neoliberal argentino foi acompanhado da inversão deste fluxo, o que propiciou a mudança de sentido do saldo da balança comercial (em vez de superávit o país passou a acumular déficits relativamente altos a partir de 1992, conforme mostra o **quadro 1**, baseado em estatísticas do Ministério da Economia Argentina) e o crescimento do consumo e da poupança destinada a inversões internas. A taxa de investimentos, que antes oscilava em torno de 14% do PIB, subiu para cerca de 20%. Uma vez que a expansão da produção é uma função do nível de investimentos, é isto que explica o crescimento do produto nos dois últimos anos.

O plano Cavallo, que serviu de base no Brasil, resultou em elevados custos sociais

O valor do ingresso de capital estrangeiro (empréstimos e investimentos diretos) na Argentina entre 1991 e 1993 foi estimado em 33 bilhões de dólares. É um montante expressivo para as dimensões da economia daquele país, que em boa parte foi usado como pagamento da dívida externa, aliviando o esforço de gerar recursos em dólar por meio do superávit comercial para esta finalidade e elevando a taxa de investimentos.

Tais resultados vêm sendo cantados em prosa e verso pela grande burguesia e seus ideólogos. Fala-se no fim da crise do endividamento, superação da estagnação econômica e retomada de um novo ciclo expansivo em nosso continente, sustentado no receituário do neoliberalismo. Não há dúvidas de que o plano (com a dolarização e seus outros componentes) é a saída que as classes dominantes encontraram (também no Brasil) para a crise inaugurada no início dos anos 80 e que se arrasta até hoje.

Nesta altura, cabe fazer duas observações: primeiro, sobre os custos sociais, econômicos e políticos desse projeto neoliberal, elevadíssimos e inaceitáveis para os trabalhadores e as forças populares e nacionalis-



Passeata contra o plano FHC-2 reuniu milhares de pessoas no dia 25 de agosto

tas. Segundo, acerca do caráter precário e provisório desta solução econômica, que pode precipitar uma crise ainda mais avassaladora no futuro e revelar um fôlego mais curto do que se imagina.

As condições para a inversão do fluxo de capital, com base nos investimentos de monopólios, bancos e governos estrangeiros (impostas aliás publicamente pelos porta-vozes do imperialismo no Banco Mundial e FMI), são a privatização, desregulamentação e abertura completa da economia ao capital estrangeiro, redução das dimensões e gastos do Estado, eliminação dos subsídios e do déficit público.

O significado de tudo isto tornou-se muito claro na Argentina. O controle sobre setores estratégicos da economia nacional foi entregue às mãos do capital estrangeiro, com a venda das estatais do petróleo, ferrovias, telecomunicações, energia elétrica e transporte aéreo para empresas multinacionais. Carlos Menem, atual presidente, tratou de penhorar igualmente a soberania e dignidade políticas, transformando-se num moleque de recados do imperialismo norte-americano contra Cuba, enviando duas fragatas para a guerra contra o Iraque e propondo na ONU (ao lado dos EUA) a invasão do Haiti.

A satisfação do apetite neoliberal resultou no sucateamento da indústria nacional argentina, liquidação de postos de trabalho

na indústria, demissões em massa para o funcionalismo federal e brutal elevação dos preços na véspera da dolarização, sobretudo de mercadorias e serviços antes produzidas por empresas públicas. O descontentamento popular é crescente e foi indicado pelo bom desempenho da esquerda nas últimas eleições, a marcha dos 100 mil contra a política econômica do governo em julho, seguidas manifestações de protestos realizadas pelos produtores rurais e a greve geral realizada no início de agosto. De outro lado, o apoio a Menem vem declinando, embora continue evidentemente ancorado nos monopólios estrangeiros, no grande empresariado e na direção pelega e governista da CGT, cuja liderança vem sendo minada pelo aumento da influência dos sindicalistas dissidentes.

Os indicadores econômicos mostram que o plano FHC-2 não tem sólida sustentação

Ainda que nada disto contasse e o nosso julgamento fosse guiado pelo critério de que o crescimento do PIB (nos níveis em que ocorre) é um benefício superior aos custos, há uma outra consideração a fazer. Tudo indica que a expansão não se sustentará a médio prazo. Sua base, como foi dito acima,

Quadro 1
Evolução da balança comercial Argentina

Ano	US\$ bilhões		Saldo	Variação -%	
	Exportações	Importações		Exportações	Importações
1986	6,852	4,724	2,128	-	-
1987	6,360	5,818	0,541	-7,2	23,2
1988	9,133	5,322	3,811	43,6	-8,5
1989	9,579	4,203	5,376	4,9	-21,0
1990	12,352	4,076	8,275	28,9	-,30
1991	11,977	8,275	3,702	-3,0	103,0
1992	12,234	14,871	-2,636	2,1	79,7
1993	13,090	16,786	-3,695	7,0	12,9

é a inversão do fluxo de capital, viabilizado por empréstimos e investimentos externos em volume superior às remessas para pagamento de juros, recursos que em boa medida foram usados na aquisição de empresas estatais.

Conforme notou o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, no período 91-93 a Argentina acumulou um déficit em transações correntes equivalente a 19 bilhões de dólares (no México, que fez um plano semelhante, o saldo negativo foi de US\$ 58 bilhões). Estima-se que a necessidade de recursos para fechar o rombo externo da economia argentina chegará a 12 bilhões de dólares somente neste ano. A fonte de financiamentos para tapar o buraco (fluxos de capital de curto prazo e dinheiro para aquisições de estatais) não é eterna e pode secar a qualquer momento.

Ao mesmo tempo, este movimento resulta no crescimento do estoque da dívida externa, fator que, aliado às privatizações, aumenta a exposição da economia aos humores do capital estrangeiro e representa uma bomba de efeito retardado que tende a explodir futuramente. Notemos que com a mesma euforia que tem se dirigido para a Argentina o capital estrangeiro pode migrar de volta aos grandes centros capitalistas, especialmente para os EUA.

Final, a crise desencadeada nos anos 80 teve sua origem precisamente na necessidade de atração de recursos externos pela eco-

nomia norte-americana para financiar seus pesados déficits público, comercial e das contas correntes (chamados déficits gêmeos), que se desdobrou no vertiginoso aumento das taxas de juros nos EUA e na cobrança pelos bancos dos empréstimos efetuados durante a década de 70. Em outras palavras, a década perdida (para os países da América Latina; na Ásia não ocorreu a mesma história) foi um subproduto da decadência do imperialismo ianque, que já perdeu a liderança econômica mundial e acumulou desequilíbrios estruturais insolúveis no contexto de sua hegemonia.

O fluxo internacional de capital é em boa medida determinado pelas demandas da economia norte-americana. A verdade é que a crise dos EUA está longe de ter sido solucionada, apesar da publicidade em contrário (e as idéias neste sentido não passam mesmo de propaganda) e da aparência proveniente da fase expansiva do ciclo econômico atual. Sua maior expressão é a queda livre do dólar (veja o quadro 2), que, não obstante um ou outro efeito imediato considerado positivo, objetivamente reflete o recuo relativo da produtividade e a desvalorização dos ativos reais e monetários norte-americanos, revelando um empobrecimento nacional. O preço de um ajuste daquela economia (que não seria muito diferente do imposto aos países latino-americanos) é uma violenta queda do padrão de vida, que já vem declinando mas

ainda se baseia num consumo em muito superior aos próprios meios que produz.

A estabilização burguesa depende da aplicação do receituário neoliberal

Não é sem razão que o economista e pesquisador do Centro de Estudos de Estado e Sociedade (Cedes) argentino, Jorge Dammill, localizou nos déficits das contas externas (a cada ano maiores) a fragilidade do plano Cavallo (em entrevista ao jornal «O Estado de São Paulo» do dia 29/06/94). No momento em que o ingresso de capitais externos não for suficiente para cobri-los será inevitável um ajuste cambial (com a desvalorização do peso frente ao dólar) que redundará em recessão e impulsionará a espiral inflacionária.

Voltemos ao real. Seria bobagem esperar para o Brasil um mero «efeito Orlof», ou a exata repetição dos fenômenos em curso na Argentina, pois não são desprezíveis as diferenças, inclusive de dimensão, entre as duas economias. Os pressupostos para o sucesso do plano (do ponto de vista das elites) é, contudo, basicamente o mesmo: injeção, em grande volume, de capital estrangeiro, e redução das remessas de divisas originadas com o saldo comercial (e, com isto, do próprio superávit da balança entre exportações e importações).

Antes de mais, é preciso ver que as condições para isto (todas impostas pelas potências capitalistas) não estão dadas em nosso país. Esta é a primeira diferença que conta e é em função dela que as elites afirmam com razão que a instituição do real não foi senão a terceira etapa do plano neoliberal e que este não poderá se completar sem o que elas denominam de «reformas estruturais» (o caderno especial da «Folha de São Paulo» do dia 28/8/94, intitulado «Brasil-95, economia», traduz a opinião das classes dirigentes a este respeito).

Tais «reformas» (privatização da Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás, fim de toda e qualquer restrição ao capital estrangeiro, começando pela eliminação do conceito de empresa de capital nacional, e «enxugamento» do Estado, com a conclusão do desmanche dos serviços públicos) evidentemente passam pela revisão constitucional. As forças progressistas e nacionalistas podem preparar o espírito para uma nova batalha neste sentido, cujos sinais já estão sendo transmitidos na campanha sucessória. Com ares de professor da Sorbone, o candidato do neoliberalismo, Fernando Henrique Cardoso, vem reiterando na campanha pela TV a «necessidade» de reprisar a comédia da revisão.

A luta contra este receituário imperialista exige, portanto, a união de esforços pela vitória do candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais deste ano, embora não se encerre nisto. Neste campo também temos razoáveis diferenças em relação à Argentina que pesam contra as elites. Em nosso caso, o movimento sindical goza de maior independência e as forças nacionalistas têm

Quadro 2
Desvalorização do dólar frente à moeda japonesa

Ano	Valor médio anual do dólar em iene
1948	369
1959	340
1969	350
1971	308
1973	250
1978	176
1980	250
1981	199
1982	276
1985	180
1990	160
1991	130
1992	120
1993	110
1994 (26/8)	100

maior expressão, inclusive nas Forças Armadas (ainda que, neste caso, não estejam de todo livre do ranço autoritário e anticomunista).

As campanhas salariais, especialmente as de setembro, também jogam um papel de grande relevo na definição da batalha em torno desta fase do projeto neoliberal, que pressupõe um perfil de distribuição de renda extremamente desfavorável aos trabalhadores e setores médios da sociedade. A inflação oficial acumulada em real (medida pelo IPC-r em julho e agosto) ficou em 11,87%, o que em si já constitui um desmentido às promessas e perspectivas do governo. As reposições

reivindicadas pelas categorias em campanha não se resumem a este índice, incluem ainda as perdas provocadas no momento da conversão dos salários em URV e outras ocorridas desde a última data-base.

O movimento sindical desempenha um papel insubstituível nesta luta contra o neoliberalismo, que terá grandes repercussões sobre o futuro da nação brasileira. A união das forças progressistas e nacionalistas e concentração das energias do povo em defesa de uma alternativa de desenvolvimento soberano independente para o país poderá fazer com que o projeto neoliberal acabe derrotado mais cedo do que se pensa.

* Jornalista. Assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de São Paulo.

As campanhas de setembro

Uma das condições para o sucesso do plano de estabilização monetária é um certo congelamento da distribuição da renda, principalmente entre capital e trabalho. O IPC-r acumulado nos meses de julho e agosto (11,87%, que ainda refletem as remarcações verificadas no processo de troca da moeda) pode determinar o retorno da espiral inflacionária mais cedo do que se imagina. A legislação garante a reposição das perdas salariais na data-base, o que torna inevitável que o piso dos acordos de setembro (em dissídio coletivo, ou seja, na Justiça do Trabalho) seja de pelo menos 15% (considerando a reposição das perdas em URV desde setembro do ano passado e a provável concessão de produtividade).

Cerca de 2 milhões de trabalhadores filiados a sindicatos ligados à CUT, em campanha, têm data-base neste mês. Até dezembro estima-se que este número chegue a 3,5 milhões, aos quais deve-se acrescentar no mínimo os 500 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, vincu-

lados à Força Sindical e com data-base em novembro.

Evidentemente a pressão para a instituição de reajustes mensais dos salários ganhará maior fôlego. De outro lado, a inflação em real aumentará a defasagem cambial, devendo se refletir nos próximos meses numa elevação das importações e na redução das exportações (queda do superávit comercial), enquanto o efeito do reajuste da folha sobre os custos e a margem de lucro das empresas tende a ser transferido aos preços.

O governo e as forças envolvidas na candidatura Fernando Henrique tentarão segurar este movimento até as eleições presidenciais, provavelmente contando com o apoio dos grupos econômicos monopolistas (cujas responsabilidades no processo inflacionário brasileiro não é pequeno). Depois do pleito, a tendência mais forte parece ser a do retorno de uma inflação crescente. Aguardemos os fatos.

Retrato do 5º Concut e as perspectivas diante das tramas neoliberais

Sérgio Barroso *

As eleições presidenciais deste ano interferiram diretamente no 5º Congresso Nacional da CUT, em maio passado. Num clima de maior unidade, a central definiu sua estratégia para o próximo período da luta de classes no país. No artigo a seguir, o dirigente cutista analisa os resultados do congresso e aborda os futuros desafios da maior central sindical brasileira.

Buscando espantar os fantasmas de 1991, a CUT realizou em maio passado o seu 5º Congresso Nacional, em São Paulo. Com «exorcistas» para tudo quanto é lado e uma benevolência de fazer inveja aos mais recatados monges benditinos, pode-se dizer que ali só faltou a ressurreição de Lázaro. Uma paz dos diabos!

Isso porque no congresso anterior, o coquetel explosivo de contrabandos na eleição prévia dos delegados, mais a acentuada polarização política (balanço e perspectivas), terminou por rasgar ao meio a plenária final. Tapas, cadeiradas e questionamento público sobre a eleição da direção foram as cenas do desfecho.

As eleições quase-gerais de 94 e os ataques da reação à CUT, ao PT, ao PCdoB e à

esquerda em geral — numa nítida orquestração das elites — praticamente impuseram um ambiente sereno ao 5º Concut. O que não impediu o debate mais profundo do conjunto do temário. Também a novidade da discussão direta, sem os grupos de trabalho, auxiliou na explicitação das divergências fundamentais.

Notadamente as intervenções sobre socialismo versus capitalismo reformado, que é o objetivo estratégico social-democrata; o combate dos classistas à introdução do pluralismo sindical no Brasil; ou ainda as contundentes denúncias das desgraças do neoliberalismo, contribuíram para expressar uma fisionomia mais avançada do congresso. Exagero? Não creio.

Sindicalismo mundial fica impressionado com a força e o caráter plural da CUT

Bastante representativa, a bancada de sindicalistas internacionais acompanhou com atenção todo o congresso. Cada qual a seu modo, alguns de seus observadores opinaram sobre o que viram. O secretário-geral da petrificada Orit, a regional da Ciosl, Luís Anderson — vaiado durante a abertura —, referiu-se ao dinamismo do movimento operário brasileiro expresso naquele «magnífico evento». Para ele, foi um exemplo de democracia «o debate sobre as diferentes teses e visões de todos os grupos que compõe a CUT».

Dizendo-se «fascinado», Jurgen Eckl, da poderosa (e amarelada) DGB da Alemanha, enxergou «a expressão clara do novo sindicalismo da América Latina», sendo para ele a CUT a principal protagonista. Já Fernando Serrano, antigo especialista em «fundar» centrais sociais-democratas em todos os cantos do planeta, não perdeu a pose: «Aqui está um sindicalismo autenticamente livre, democrático e classista, que vem defendendo os postulados de uma sociedade socialista democrática».

Na outra ponta, o primeiro secretário da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), entusiasticamente aplaudido na abertura, avaliou que o «congresso foi combativo e classista», enfatizando que a CUT está «ganhando muita força». Também a sindicalista Jeannine Marest, delegada da CGT (França), mostrou-se «surpresa com o caráter muito engajado e absolutamente responsável das intervenções», num congresso sindical que «não tem medo de debater as grandes questões colocadas» (in revista **De Fato**, número 04, da CUT Nacional).

Ponderadas, as opiniões acima refletem aspectos importantes da realidade da luta operária e sindical no mundo atual. Destacadamente duas. A primeira diz respeito às características da CUT. Com cerca de 2.300



sindicatos filiados e penetração expressiva em setores fundamentais (metalúrgicos, bancários, químicos, petroquímicos e petroleiros, saúde, educação e funcionalismo público em geral, principalmente), a CUT hoje combina grande potencial de mobilização com regras de organização e funcionamento singulares.

Sua expansão veio aliada a uma configuração progressivamente plural, no que se refere ao embate ideológico. Sua vitalidade — fotografia das lutas sindicais travadas nas bases — estava, no fundamental, presente num evento com 1.918 delegados (votantes presentes oficialmente). Por isso tudo, não é a toa que integrantes da velha burocracia sindical da Europa (e de outras partes do mundo) interpretem os congressos da CUT como uma espécie de «saudável baderna».

Social-democracia tenta exportar suas propostas de parceria e paz social

É que lá, a esclerose sindical decide tudo na antevéspera da antevéspera, sendo que os «congressos» são absoluta formalidade homologatória. Por outro lado, o que predomi-

na atualmente no sindicalismo internacional é o peleguismo e a capitulação ideológica, onde esse «negócio» de luta de classes já era há muito tempo. Esta é exatamente a segunda realidade que merece reflexão. Relaciona-se com as vicissitudes do autêntico sindicalismo classista, de visão revolucionária.

Com efeito, o fim da bipolaridade mundial abriu as comportas à ideologia burguesa — em sua plenitude. No bojo da crise capitalista-imperialista, especialmente a partir de meados da década de 70, emergiu a revolução tecnológica. A seguir, o capitalismo monopolista reage (à crise) com o programa neoliberal. Recessão, privatizações, desregulamentação comercial e financeira, violenta compressão dos salários para a engorda das taxas de lucros, vêm junto de verdadeiras ondas de maciço desemprego.

A «competitividade», «produtividade» e as novas técnicas de gerenciamento da divisão internacional do trabalho puseram o capital na ofensiva da «concertação social» e da «parceria». De consequências nefastas, a doença do «tripartismo» irradiou-se da Europa — do chamado primeiro mundo — para os quatro cantos do globo, a partir dos anos 80. A moda era andarem abraçados capital, trabalho e governo, em troca de algumas migalhas e da tapeação ideológica.

A crise se acelerou. A globalização monopolista, impiedosa, esquadrinha os megamercados e amplifica a exploração. E leva à desmoralização o sindicalismo conciliador, namorado do «mercado». Dois exemplos são significativos desse enredo. A Espanha chegou, em junho de 94, a quase 24% de desempregados da População Economicamente Ativa. A mais influente central daquele país, a UGT, sustentou durante anos a fio Felipe Gonzáles, primeiro-ministro do partido social-democrata (PSOE).

Um neoliberal apaixonado, Gonzáles chegou anos atrás a provocar a renúncia de Nicolás Redondo do cargo de líder do PSOE na Câmara dos Deputados. Redondo, histórico e principal líder operário ugetista, teve que voltar à direção da central. Seu retorno, simbólico em si, de pouco valeu. Mas os

efeitos, por várias razões, já tinham sido devastadores.

Espanha e Chile comprovam que a conciliação só serve aos objetivos imperialistas

Recentemente, cerca de um mês antes do 5º Concut, a UGT realizou seu 36º congresso. Redondo fez longo discurso. Novamente emblemática, sua intervenção é um misto de perplexidade (?), de críticas constatativas dos efeitos perversos do neoliberalismo, acrescida de uma «mea-culpa» falsa — uma reafirmação das velhas ilusões de classe. Diz que o desemprego em massa agora pode «ameaçar inclusive o sistema democrático».

Afirma que a UGT apresentou propostas ao programa recessivo de Gonzáles, reinvidicando «um pacto de rendas com crescimento zero de salários reais durante três anos(!), em troca de compromissos empresariais de investimento em empregos e de uma reforma consensual do mercado de trabalho» — entre outras «propostas alternativas». Posteriormente, descreve Redondo, a UGT e CCOO (Comissões Obreras) realizaram duas greves gerais (92 e janeiro de 94).

O governo de Gonzáles deu o troco: perda de 7% do poder aquisitivo por dois anos para o funcionalismo público; perda salarial de «8 mil pesetas» para os aposentados; corte profundo do seguro-desemprego; perda de 5% em três anos do poder aquisitivo dos demais trabalhadores. Essa foi a resposta do PSOE às reivindicações dos trabalhadores da Espanha!

Redondo — coitado — assevera que a «impossibilidade de levar a termo a concertação (Pacto pelo Emprego), foi o maximalismo (?) das posições do governo e do patronato». (in «Consolidar a autonomia sindical e a unidade de ação», discurso de Nicolás Redondo, Madrid, abril de 1994, publicado no caderno **Textos para debate internacional**, CUT/CFDT, maio 94).



Vicentinho, novo presidente da CUT, fiscaliza os preços nos supermercados

Outro exemplo, que trata de outra parte do mundo, é o da CUT chilena. Única e tradicional (hoje agrupando democratas-cristãos, comunistas e socialistas, principalmente), essa central dos Andes passou os últimos anos como uma ativa propagandista da «concertação social». Seu presidente, Manuel Bustos, disse há cerca de um ano e meio atrás que a questão fundamental para os trabalhadores chilenos é de quando eles serão capazes de efetivamente «fazer a outra parte sentar na mesa de negociação».

Na mesma entrevista, Bustos ressaltou, literalmente, que nos anos seguintes à transição democrática aquele país «não sofreu uma quantidade enorme de greves nacionais... mas sim diálogo para tentar resolver os problemas». Afirmou ainda que, além da perseguição que sofre o movimento sindical por parte do «empresariado privado», falta «mais educação ao trabalhador ... que tem muitas dificuldades de negociar coletivamente».

Em outro trecho, Bustos diz que apesar da ditadura militar ter deixado «um capitalismo tão selvagem(?), com herança de bolsões tão grande de pobreza», ele continua pensando que a «concertação é válida». Qual o objetivo de tal «concertação»? Ele aparece claríssimo para o sindicalista chileno: «O

movimento sindical terá a oportunidade de humanizar ou mudar parte (!) da brutalidade do sistema econômico...» Tenha paciência! Mudar «parte da brutalidade» é de um peleguismo realmente brutal. (Entrevista de Manuel Bustos no caderno **Textos para debate internacional**).

Concut defende perspectiva socialista, uma ousadia no cenário sindical mundial

Estas digressões ilustrativas ajudam a voltar à CUT e suas resoluções. Elas podem ser consideradas — em certa medida — um passo à frente das adotadas em 91, vistas nesse quadro. Nelas encontramos uma clara condenação à «Nova Ordem» imperialista. Uma conclusão importante de que a ofensiva neoliberal é parte integrante da «grave crise do sistema capitalista-imperialista», cujas marcas são a estagnação econômica, pobreza e miséria, com exclusão social em massa e desemprego estrutural crônico.

O 5º Concut reafirma a posição da central de luta pela perspectiva socialista, nos marcos da *superção do capitalismo* — uma declaração que seguramente pouquíssimas

centrais no mundo ousariam fazer nos dias de hoje. Há também uma razoável análise da crise brasileira — enfeitada por um monte de besteiras «propositivas»; uma sintonizada apreciação do plano neoliberal FHC-2; e uma «plataforma» opositora e de resistência essencialmente ajustada. Por fim, o apoio inequívoco dos delegados à candidatura Lula, da Frente Brasil Popular.

Mas, como nem tudo que reluz é ouro, as resoluções do 5º Concut dão um (grande) passo atrás ao propor a extinção, na prática, das CUT's Regionais. Amputando uma das «pernas» da organização horizontal da CUT, a decisão reforça a tutela da corrente majoritária e golpeia a autonomia dos sindicatos. O mesmo ocorre quando aprova a defesa do pluralismo sindical da OIT, mesmo com as ressalvas secundárias e dois dedos de vergonha.

Ainda sobre o congresso, como se sabe costurou-se uma «chapa única» para direção da central. Decisão emoldurada por um conjunto de fatores, foi em verdade uma espécie de trégua forçada pelo quadro político. Mas que dependeu dos sindicalistas da Corrente Sindical Classista, sabidamente a segunda força do congresso. Detentora de cerca de 15% dos delegados, a CSC optou por não encabeçar uma chapa de oposição de cerca de 30% dos congressistas. A posição dos classistas se revelou acertada.

Apesar da resistência, as elites neoliberais mantêm a ofensiva em todo o mundo

As observações sobre a UGT espanhola e a CUT chilena servem de referência para situar a CUT como outra variante do sindicalismo contemporâneo.

Isto porque pode-se dizer, resumidamente, que a falência *social* dos programas neoliberais não significa o estancamento da ofensiva do grande capital. Essa conclusão é válida mesmo quando se ressalta a crescente contestação política ao neoliberalismo —

seja no México, Argentina e Venezuela, ou ainda nas mobilizações grevistas da Itália, Bélgica, França e Alemanha.

Ocorre que a fase atual de *defensiva* do movimento revolucionário no mundo, que está assentada na crise do socialismo, posterga — por assim dizer — a rebelião das massas contra a decomposição do regime burguês. O que deixa evidente os horizontes da ação sindical e suas possibilidades.

Por outro lado, embora todos saibam do ridículo significado das últimas reuniões do chamado G-7 (os sete grandes), o capital procura suas saídas para crise. Em abril passado, 109 países criaram a «Organização Mundial do Comércio», através do GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas). O principal objetivo da OMC será o de reduzir as tarifas de importação em cerca de 40%, impondo regras de rígido controle sobre o comércio exterior das nações.

Trata-se de uma grande operação neoliberal, voltada fundamentalmente para arrebentar o que resta dos estados nacionais nos países dependentes. O que não anula, é óbvio, as contradições cada vez maiores entre os «blocos» (asiático, europeu e o Nafta). Japão e EUA — diz a imprensa internacional especializada — estão com data marcada para o começo da «guerra» comercial: setembro de 94.

Rumo classista depende de uma nova hegemonia no sindicalismo brasileiro

A ofensiva neoliberal no Brasil, interrompida substancialmente com a expulsão de Collor da presidência da República, volta em toda carga com o plano Real, que é de autoria de Fernando Henrique Cardoso mas foi gestado publicamente nos laboratórios do FMI e do Banco Mundial. Trabalhado meticulosamente a partir da experiência do plano Cavallo, argentino, ele se tornou o instrumento para eleger FHC, o candidato de Washington, para a presidência da República.

A CUT, nesse quadro, posicionou-se corretamente ao iniciar a campanha «Parece pesadelo, mas é real». Mas a queda rápida da inflação, que já era prevista, veio acompanhada de poderosíssima campanha da mídia. As elites unificaram todos os seus aparatos de dominação ideológica, a partir da prioridade à campanha eleitoral. É o «partido único» dos milhões e milhões de dólares e do pool da multimídia (rádio, jornal e TVs).

São as mentiras de um plano de estabilização que se baseia no congelamento de salários, câmbio e tarifas, depois da fase da URV, que indexava diariamente salários e preços. É a ilusão de um plano que proíbe, por lei, conquistas fora das datas-base, com o Tribunal Superior do Trabalho punindo greves garantidoras de acordos vantajosos — e isto num período de duas poderosas campanhas salariais (bancários e petroleiros).

Com a recessão, que desempregou apenas na Grande São Paulo 15,2% da População Economicamente Ativa (Dieese, junho), o plano Real é mais uma jogada de fazer inveja às manobras de Maquiável. Seu objetivo é derrotar Lula, claro. Mas também visa acelerar a marcha para transformar o Brasil numa economia apêndice dos EUA — principalmente, reduzindo a pó os alicerces da nação brasileira e jogando outros milhões de

trabalhadores no desemprego e na miséria absoluta.

As perspectivas da CUT, portanto, dependem, de um lado, do desenvolvimento do quadro político nacional. A vitória do candidato da Frente Brasil Popular apontaria um cenário de *luta pela interrupção* da ofensiva neoliberal, de *mobilização para assegurar e ampliar* as conquistas sociais e econômicas dos trabalhadores, que terão que ser arrancadas das elites e grupos oligárquicos. A chegada de FHC à presidência, ao contrário, vai significar a *radicalização da resistência*, em toda a linha.

De outro lado, o rumo indispensável para a CUT é o de se manter firme na recusa da conciliação de classes, subordinando a negociação à luta. Ela precisa apostar na elevação da consciência política dos trabalhadores, erguendo a bandeira do futuro socialista. Nada de conversa fiada de «parceria» ou de eleger o «tripartismo» das câmaras setoriais como centro da ação sindical!

Será possível? Só se a orientação social-democratizante majoritária for, pelo menos, consideravelmente reduzida. O que passa pela ampliação da democracia sindical, para fortalecer a luta dos trabalhadores, e pelo crescimento do autêntico sindicalismo classista. Isto significa que é preciso batalhar pela construção de uma *nova hegemonia* na CUT e no sindicalismo brasileiro.

* Integrante da Executiva Nacional da CUT e da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC).



O protesto dos trabalhadores na «marcha unificada por salário, emprego e cidadania»



Daniel Vaz

A concentração agrária e o fortalecimento do Movimento dos Sem Terras

Marcos Ruy *

Desde a colonização, a questão da terra tem sido tratada como caso de polícia no Brasil. A reforma agrária nunca passou de um projeto. Mesmo os pequenos avanços obtidos sempre foram desrespeitados pelos latifundiários. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) é fruto das lutas mais recentes pela reforma agrária e tem como objetivo ajudar na organização do homem do campo. Descende de importantes lutas camponesas na história do Brasil.

O MST se propõe a ser uma entidade pluralista e apartidária, que comporte todos os defensores de uma reforma agrária que fixe o lavrador no campo e evite o êxodo

rural tão prejudicial ao desenvolvimento do país. Também entende que a reforma agrária deve por fim às imensas propriedades rurais improdutivas, combatendo desta forma a mi-

séria e a fome predominantes no campo e nas cidades.

Seus objetivos imediatos não são propriamente socialistas. Muitas potências capitalistas, como Estados Unidos, Israel e Japão, realizaram reformas agrárias e conseguiram enormes progressos econômicos. A reforma agrária no Brasil ajudaria o país a sair da encruzilhada em que se encontra, abordando uma das principais causas de sua crise. Só que as elites brasileiras não aceitam esta saída. Temem que o povo se organize na luta por seus mínimos direitos.

Sendo assim, encaram o MST como um perigoso inimigo. Em maio passado, por exemplo, a grande imprensa noticiou fartamente a existência de um relatório produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Exército sobre a luta pela terra no Brasil. Segundo o noticiário, este afirmava que o MST «é bem articulado e possui centros de treinamento para formação político e ideológica de seus líderes». Numa clara tentativa de desgaste, a imprensa também se referia a suposta existência de centros de treinamento militar. A TV Globo, em horário nobre, falou inclusive em áreas de «guerrilheiros»!

No final de maio, os 14 generais que integram o Alto Comando do Exército se reuniram para debater o aumento dos conflitos rurais do país. A preocupação dos oficiais, ainda segundo a imprensa, era com a necessidade do uso direto das tropas do Exército como força de combate no campo, em caso de descontrole ou ineficiência das polícias militares. Desta maneira, o Alto Comando justificava as investigações através de seu serviço de inteligência.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro-chefe da SAE, almirante Mário Flores, confirmou o relatório e a reunião, mas alegou que não tinham nada de especial, de preocupante. Já o coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile, retrucou: «O ministro Mário Flores não precisa pagar arapongas desativados. Nós o convidamos para nos visitar. Mostraremos todas as nossas armas bem brasileiras, como a

fome, fazendas improdutivas, crianças sem escolas e muita vontade de trabalhar».

Os graves problemas do campo ressurgem com força na sucessão presidencial

Não por acaso, toda essa celeuma em torno do MST se deu justamente num ano eleitoral. Em audiência com o ministro Flores, os líderes dos sem terra obtiveram a informação de que o tal relatório da SAE vazou para a imprensa sem autorização do Exército. Então, a quem interessaria virulento ataque ao MST e tanto alarde nos meios de comunicação? Certamente que não às forças populares e progressistas, que disputam a sucessão presidencial e contam com o apoio dos setores organizados do movimento de trabalhadores rurais.

A polêmica ressurgiu exatamente no momento em que a reforma agrária volta a fazer parte das grandes discussões sobre os rumos do país. Este é um tema obrigatório nas campanhas dos candidatos à presidência da República. E se entende melhor o porquê disto em decorrência do grave quadro fundiário do Brasil, que explica inclusive o fortalecimento do MST — que tem apenas 10 anos de existência e tanto assusta as elites brasileiras.

Conforme explica Gilmar Mauro, outro coordenador do MST, «o Brasil tem uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. Só perdemos para o Paraguai. Uma pequena minoria, representada por 1% de latifundiários, possui cerca de 46% das terras agricultáveis. Enquanto que aos pequenos proprietários, que representam 53% das propriedades rurais, é destinado apenas 3% da área agrícola do Brasil». O próprio governo estima que existam quatro milhões de famílias sem terra no país. «É contra essa estrutura fundiária que o MST luta», completa Gilmar.

A história do Brasil mostra que a luta pela posse da terra, desde a época da colonização,

tem causado inúmeros conflitos sangrentos de Norte a Sul do país. Primeiro foram os portugueses que expulsaram e assassinaram milhões de índios. Segundo o livro **A luta pela terra no Brasil**, de João Pedro Stedile e Frei Sérgio (Ed. Scritta), no período colonial «o conflito pela terra esteve caracterizado basicamente: pelo massacre aos índios e pela revolta dos negros que, não aceitando a escravidão, ocupavam áreas de terras livres» — quilombos.

Conforme o sociólogo Clóvis Moura, no livro **Dialética Radical do Brasil Negro** (Ed. Anita), o problema da posse da terra agravou-se no período pós-abolição da escravatura. Os negros passaram a ser vistos como competidores no mercado de trabalho e, em decorrência da ideologia de branqueamento imposta pelas elites, como inaptos para o trabalho assalariado — até para o mesmo tipo de atividades que executavam enquanto escravos.

Alguns historiadores explicam que somente as mulheres negras conseguiram se encaixar no mercado de trabalho como empregadas domésticas. As «senhoras brancas» acreditavam que elas não causariam interesse sexual aos seus maridos. De qualquer forma, os negros foram marginalizados no processo de desenvolvimento do país, mesmo após a proclamação da República.

Várias fases da luta pela reforma agrária na história do Brasil

Voltando aos sem terra, a primeira lei que trata da questão no Brasil surgiu em 1850 e foi denominada de Lei das Terras. «Através dessa lei, o rei permitia a propriedade privada da terra aos fazendeiros, desde que comprassem, ou seja, desde que pagassem um certo valor à Coroa» (in **A luta pela terra no Brasil**). Assim, há historiadores que dividem esta contenda em fases.

A primeira vai de 1850 a 1940. É o período das chamadas lutas «messiânicas», por

serem lideradas, em geral, por pessoas «religiosas». Canudos, na Bahia (1870-1897), é o melhor exemplo na figura de Antonio Conselheiro. Afora o seu suposto caráter messiânico, Canudos foi uma revolta de camponeses por terra e foi aniquilada numa das maiores operações de guerra da história do Exército brasileiro. Outro exemplo foi Contestado, em Santa Catarina (1912-1916), liderado pelo monge José Maria. Também o movimento do Padre Cícero (1930-1934), no Ceará, é apontado como expressão do conflito agrário no país.

A segunda fase (1940-1955) é compreendida pelas «lutas radicais localizadas». Nela ocorre o processo de urbanização do país, fruto do desenvolvimento do capitalismo dependente. «Nesse período, aconteceram muitas revoltas populares em diversos Estados do Brasil em torno de problemas concretos relacionados com a disputa pela terra. Em geral, a maioria dos conflitos se deu pela valorização das terras em Estados onde passavam estradas ou se urbanizavam regiões, em que os posseiros viviam há anos, sem título de propriedade» (in **A luta pela terra no Brasil**).

A luta dos posseiros de Teófilo Otoni (45-48), em Minas Gerais, a revolta de Trombas e Formoso (52-58), em Goiás, a revolta do Sudoeste (57), no Paraná, e a luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul (59), em São Paulo, entre outros importantes episódios, são vistos como exemplos dessa época.

A terceira fase é denominada de «movimentos camponeses organizados» e vai de 1950 a 1964 — ano em que o golpe militar aniquilou os movimentos camponeses do país. Neste período surgem várias organizações, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), ligado ao Partido Comunista e com bases em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Outra organização foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que se expandiu no Rio Grande do Sul com o apoio do governador Leonel Brizola.

A mais importante destas organizações, entretanto, foi a Liga Camponesa, que teve início nos engenhos de Pernambuco, em 1954. As ligas se constituíram no movimento mais massivo e radical de luta pela reforma agrária neste período. Seu lema: «reforma agrária na lei ou na marra».

A partir de 1964, todas essas organizações foram destroçadas pela ditadura militar. Em 1971, o general-presidente Emilio Garrastazu Médici criou o Funrural, ligado à previdência social, para estimular o assistencialismo no campo. Com todas as dificuldades criadas e sem organização, os trabalhadores rurais buscaram saídas individuais. Muitos, num primeiro momento, partiram para a colonização da Amazônia, incentivada pelo governo.

Os primeiros conflitos no período do regime militar e a organização do MST

Mas logo começaram a enfrentar a cobiça dos latifundiários e de grandes empresas, a maioria multinacionais. Então surge um novo tipo de luta: a resistência de posseiros contra a ação de fazendeiros e empresas. Em 1975 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja, que visa dar encaminhamento à luta dos sem terras. Neste período também já ganhava força a ação do sindicalismo rural — com reflexos na própria Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Em 78, os sem terras do Sul do país realizam lutas concretas, porém, isoladas. No ano seguinte, os mesmos gaúchos ocupam duas fazendas. No Paraná é criado o Movimento Terra e Justiça, que mobilizou os trabalhadores desalojados pela barragem de Itaipu. Mais de 300 famílias de sem terras catarinenses, em 80, ocuparam e conquistaram a fazenda Barro Branco, em Êre. Em São Paulo, 400 famílias ocuparam a fazenda Primavera, em Andradina, e no Mato Grosso do

Sul milhares de arrendatários promovem lutas de resistência.

Em 81, no Rio Grande do Sul, mais de 700 famílias ocuparam a fazenda Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta. O acampamento, que durou três anos, estimulou a criação do Movimento dos Sem Terras. Em Medianeira (PR), em 82, ocorreu importante encontro de sem terras das regiões sul, sudeste e centro do país, no mês de julho. Outro encontro de caráter nacional reúne sem terras de 16 estados, no mês de setembro, em Goiânia.

Em janeiro de 83 é criada a comissão regional Sul dos sem terras. Várias assembleias municipais e encontros estaduais foram realizados. Em 84, é realizado o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Sem Terra, em Cascavél (PR), de 21 a 24 de janeiro. Foram definidos os princípios, formas de organização e de luta e reivindicações. Oficialmente, é neste encontro que é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de caráter nacional.



Camel Vaz

O 1º Congresso Nacional dos Sem Terras é realizado em janeiro de 85, em Curitiba. Participaram 1.500 lavradores de 23 Estados. As ocupações são definidas como a principal forma de luta para obrigar o governo a encarar de frente a questão da reforma agrária. O MST expande-se para o Nordeste e em abril já participa do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Até o final de 85 foram realizadas 35 ocupações e acampamentos, envolvendo mais de 10.500 famílias.

Em 86, os sem terra passam a ocupar, além das fazendas, as sedes do Incra. Percebendo o descaso do governo Sarney em realizar assentamentos, organizam a ocupação do prédio do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), em Brasília. Em 25 de julho, foram realizadas caminhadas e greves de fome, inaugurando uma nova etapa no movimento. O 3º Encontro Nacional do MST, em 87, define como prioridades: promover e organizar os assentamentos, formar quadros e fortalecer a CUT e a articulação com os trabalhadores urbanos.

Bastante ativo, movimento divulga o slogan «ocupar, resistir e produzir»

São chamados de sem terra os camponeses que trabalham no campo mas não possuem o título de propriedade. Atualmente, estão divididos em várias categorias sociais, conforme a maneira que participam do modo de produção. Estão incluídos como sem terras parceiros, arrendatários, posseiros, assalariados rurais, pequenos agricultores e os filhos dos pequenos agricultores.

Em fevereiro de 88, 200 dirigentes participaram do 4º Encontro Nacional do MST. Em todo o país houve bloqueios de rodovias, fechamento de bancos e caminhadas, como parte da campanha nacional que exigiu terra, política agrícola, solução para a seca, saúde, previdência e salário. Ocorrem 30 ocupações em 13 Estados. Em 89, o MST consolida sua

organização a nível nacional. Em março realiza o seu 5º Encontro Nacional, que define a palavra de ordem: «Ocupar, resistir e produzir». Neste ano também ocorre o 1º Encontro Continental de Organizações Camponesas e Indígenas, em Bogotá (Colômbia), com representantes de 23 países.

O 2º Congresso Nacional do MST, em maio de 90, em Brasília, reúne 5 mil delegados e se constitui na primeira manifestação de protesto contra o governo Collor. Ele reafirma a palavra de ordem do 5º encontro e tem a participação de mais de 20 organizações camponesas da América Latina. Neste ano, após inúmeras discussões, é criado o Sistema Cooperativista dos Assentados para organizar cooperativas de produção nos assentamentos. Também é criada a Escola Nacional de Formação, sediada em Caçador (SC), que passa a promover cursos nacionais.

Em fevereiro de 91, realiza-se o 6º Encontro Nacional, em Piracicaba (SP), com a participação de 150 militantes de todo o país. O objetivo do encontro foi avaliar o plano nacional de 1989-1993, adaptando as metas às novas realidades. Neste ano o MST recebeu o Prêmio Nobel Alternativo/91, concedido por entidades da Suécia. Em janeiro de 92, o governo anunciou o «Programa da Terra» e prometeu assentar 50 mil famílias durante o ano.

O MST realizou, em conjunto com a CUT e outras entidades do movimento popular, jornadas nacionais de luta pela terra. Foram três grandes mobilizações pelo país: em abril, maio e junho. Em outubro, o MST participou ativamente de diversas mobilizações de protesto pelos «500 Anos de Dominação, colonialismo e imperialismo na América Latina».

A concentração de terras é a principal causa dos graves conflitos no campo

Segundo dados do MST, IBGE e Incra, existiam no Brasil, até outubro de 1993,

Danie Vaz



1.024 assentamentos de terras com 121.520 famílias ocupando 6.168.692 hectares em todo o território. Há no país 850 milhões de hectares de terras, sendo que 370 milhões são de propriedades privadas, já tituladas; 120 milhões são áreas públicas utilizadas com estradas, rios, etc; e 360 milhões são de áreas públicas ainda não tituladas. Destas últimas, estima-se que 140 milhões são próprias à agropecuária e estão localizadas principalmente na Amazônia.

Quanto a utilização das terras no Brasil, 11% são de lavouras anuais; 3% de lavouras permanentes; 3% de áreas de descanso; 30% de pastagens naturais; 18% de pastagens cultivadas; 22% de florestas e bosques; 1% de reflorestamento aproveitado; 5% de terras não agricultáveis; e 7% de terras produtivas sem nenhuma utilização.

A concentração de terras, segundo o próprio IBGE, é monstruosa. Enquanto 1% dos

proprietários rurais controlam cerca de 46% das áreas agricultáveis, outros 67% dos proprietários detêm apenas 6% destas terras. Os 20 maiores grupos rurais controlam 20.219.412 hectares — 5% de todas as terras do país, o que equivale a mesma quantia em mãos de cerca de 3,3 milhões de pequenos camponeses.

Para o MST, esses índices é que explicam os sérios conflitos no campo e o êxodo dos camponeses para os centros urbanos. Na opinião das lideranças do movimento, além de uma reforma agrária consistente, o país precisa adotar novas técnicas agrícolas, adequadas à realidade do solo, do clima e da cultura brasileira. Essa luta é que causa tanta atenção do Exército e medo da burguesia. «Não somos os causadores e mantenedores da concentração fundiária, causa primeira dos conflitos rurais», diz Egídio Brunetto, secretário nacional do MST.

*Jornalista. Assessor de imprensa na Câmara Municipal de São Paulo.

A dura realidade dos jornalistas e a ação do sindicato da categoria

Adilson Silva *

Desemprego, trabalho precário, arrocho, terceirização. Estes são alguns dos graves problemas enfrentados pelos jornalistas em todo o país. Essa profissão, que já esteve envolta num certo romantismo, hoje sofre com os efeitos da crise econômica e também das mudanças tecnológicas no setor. No artigo a seguir, o perfil desta categoria no Estado de São Paulo e uma visão crítica da linha de ação adotada pelo sindicato.

Em todo o Estado de São Paulo, existem hoje pouco mais de sete mil jornalistas. Desse total, cerca de 40% estão desempregados, segundo estimativas do sindicato da categoria. Classificam-se como desempregados não somente aqueles que no momento não exercem nenhuma atividade profissional na área, mas também os que atuam sem vínculo empregatício, sobrevivendo com trabalhos temporários ou mesmo fixos — mas sem registro em carteira e direitos trabalhistas.

São os chamados free-lancers ou frilas (jargão-gíria aportuguesado da expressão inglesa). Nessa condição se enquadram quase dois mil jornalistas. Alguns até por opção, mas a grande maioria por absoluta necessidade, devido à falta de emprego, que generali-

camente é resultado da situação econômica do país, e também como reflexo do elevado número de profissionais recém-formados que as faculdades despejam num mercado cada vez mais encolhido.

Na tentativa de aliviar este quadro, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo mantém uma bolsa de empregos. Por semana, ela é procurada, em média, por 25 profissionais e consegue empregar mensalmente de cinco a sete jornalistas, que aguardam na fila de espera. A própria direção do sindicato considera estes números insignificantes pela gravidade do problema.

Admite que isto acontece porque a bolsa é pouco divulgada na categoria e também

entre as empresas, tanto as específicas (jornais, editoras, rádio e televisão) como as de outras áreas que abrem espaços para este trabalhador da comunicação (caso das assessorias de imprensa). Segundo a diretoria da entidade, até o final do ano, será feito um trabalho intenso de divulgação da bolsa de empregos para tentar diminuir a disparidade entre oferta e demanda.

Além do desemprego, piso salarial é o mais baixo da história da categoria

Se o desemprego no setor é preocupante, as condições econômicas dos que têm registro em carteira não são nada relaxantes. É que o jornalista possui um *piso* salarial muito baixo — no sentido literal da palavra, tanto que se bopear cai para o subsolo. No país que tem um dos piores salários mínimos do mundo, os jornalistas sentem, a cada ano, a redução do seu poder de compra.

Essa queda passou a ser mais percebida a partir de 1961, quando foi criado o primeiro piso salarial dos jornalistas no Brasil. Em 83, ele chegou ao nível mais alto — de oito mínimos para uma jornada de cinco horas/dia de trabalho. Hoje, a situação é inversa. É o piso mais achatado da história da profissão. Chega a ser inferior a de algumas categorias que não necessitam de segundo grau de escolaridade ou de formação técnica ou superior.

A única conquista dos últimos dez anos foi a da unificação do piso dos que trabalham em jornais e revistas do interior com os da capital. E isto num patamar baixo. Para a jornada de cinco horas, o piso hoje é de R\$ 341,35. Com mais duas horas contratuais (jornada de sete horas), ele sobe para R\$ 546,16. No caso dos que trabalham em rádio e televisão, na capital, a situação é pior.

O piso para cinco horas é de R\$ 281,77 e, para sete horas, de R\$ 493,10. Já os do interior do Estado, das cidades com mais de 80 mil habitantes, são mais pisoteados. Rece-

bem apenas R\$ 166,51 (cinco horas) ou R\$ 291,39 (sete horas). Os dos municípios com número inferior de habitantes, então, são espezinhados. Têm piso de R\$ 115,28 (cinco horas) e de R\$ 201,74 (sete horas).

O quadro só melhora um pouco nas assessorias de imprensa, que é o setor que mais cresce na categoria. Estes jornalistas recebem hoje R\$ 453,24 para a jornada de cinco horas e R\$ 725,18 para sete horas. Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Everaldo Gouveia, no geral a situação salarial da categoria se degradou nos últimos anos. «E o piso da capital ainda é uma referência, porque as grandes empresas normalmente pagam acima. A situação é mais problemática no interior, porque muitas pagam abaixo do piso».

Ele afirma que o sindicato luta contra estas irregularidades. Mas acredita que a entidade deixa de receber muitas denúncias porque os jornalistas, nestas circunstâncias, têm medo de perder o emprego. Ele cita que a próxima frente de luta é unificar o piso dos jornalistas de rádio e TV, do interior e da capital, com os de jornais e revistas — batalhando por um piso maior, com ganhos reais.

A categoria tem data-base em dezembro e a campanha já está em andamento. Mas Everaldo avalia que «ela será mais difícil que a do ano passado. Isto porque o plano Real determina reajustes só uma vez ao ano e os patrões tentarão jogá-lo para 95. Diante da perspectiva de inflação em Real em mais de 5%, o arrocho tende a aumentar, já que o plano não prevê qualquer política salarial. Na prática, significa um congelamento enrustido. Como os salários estão totalmente desprotegidos, as empresas vão segurar ao máximo as negociações».

A evolução tecnológica e o monopólio das comunicações reduzem a força da profissão

Em tempos mais românticos (até o início da década de 60), a profissão de jornalista

ainda podia ser considerada sedutora. O nível de intelectualidade, até então, conferia um certo status ao profissional. Porém, com a evolução tecnológica e a massificação e pasteurização da comunicação, esse status ou acabou definitivamente ou ficou restrito a uma «elite», aqui representada pelos donos das empresas de comunicação e por seus jornalistas de luxo e executivos. Talvez esta seja a principal razão da categoria estar tão desunida.

Na prática, esse status — ou melhor, pseudo-status — faz com que muitos profissionais não reflitam sobre a sua dura realidade. Não seria melhor o jornalista vestir o macacão de operário da notícia, da palavra, da informação? Afinal, de nada adianta se vangloriar de um poder, o da comunicação, que na verdade é unicamente das empresas. O jornalista é um simples assalariado e, como tal, faz parte da classe trabalhadora, independentemente da formação e do grau de instrução que possa atingir.

Talvez estas «ilusões» expliquem porque é tão difícil ocorrer uma greve nesta categoria tão aviltada nos salários e nas condições de trabalho. Diante desta questão, surgem as justificativas injustificáveis dos que se esquecem de que debaixo dos pés não há pedestais. Alguns ainda chegam a afirmar que «não somos números, como os metalúrgicos, condutores, bancários e funcionários públicos». Contentam-se apenas em cobrir as greves daquelas categorias. Quando se fala em greve geral, a desculpa é ainda mais absurda. Ela solapa a consciência dos que a tem: «jornalista não pode parar porque tem de cobrir a greve».

No entanto, se ocorre uma paralisação localizada na própria categoria, o fato não tem uma cobertura ampla na imprensa — o que demonstra a fragilidade do argumento acima. A greve dos funcionários da TV Manchete, no primeiro semestre de 93, foi um claro exemplo de como os meios de comunicação desprezam as lutas dos trabalhadores. O mesmo aconteceu nas greves dos jornalistas do DCI, do Shopping News e da revista Visão. Na época, todas estas empresas, in-

clusive a TV Manchete, pertenciam ao Grupo IBF, do empresário Hamilton Lucas de Oliveira. Elas objetivaram unicamente acabar com o atraso no pagamento dos salários.

No caso da TV Manchete, em São paulo, a greve uniu jornalistas (95%) e radialistas (30%). Seu ponto alto ocorreu quando os funcionários ocuparam o prédio da torre de transmissão, no bairro do Sumaré. Os grevistas tiraram do ar a programação habitual e improvisaram um programa próprio, entrevistando artistas e políticos e explicando aos telespectadores os motivos da greve e da ocupação da TV, que durou 15 horas.

O movimento só terminou quando a justiça concedeu uma liminar aos donos da emissora obrigando a desocupação do prédio. Posteriormente, a empresa iniciou um violento processo de «enxugamento». Só na emissora de São paulo, o corte atingiu cerca de 50% dos funcionários. Inclusive muitos fura-greves, que não participaram nem das assembléias, foram demitidos.

Na histórica greve de 79, jornalistas reivindicaram comissões nas redações

Em decorrência deste e de outros fatores, a trajetória dos jornalistas é marcada por poucas greves. Para muitos, a mais significativa durou oito dias — de 22 a 29 de maio de 1979, quando David de Moraes era presidente do sindicato. Na época, os grevistas reivindicavam 25% de aumento real e a autorização das empresas para a criação dos Conselhos Consultivos de Representantes da Redação, com estabilidade no emprego para os eleitos.

David lembra que as empresas até concordaram em dar reajuste, mas desde que o reconhecimento do CCRR fosse esquecido. Para ele, nesta fase a categoria estava mais mobilizada e engajada na luta política. Tanto que o fator determinante da greve dos jornalistas foi a histórica paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. O sindicato inclusive apoiou diretamente os

grevistas, arrecadando alimentos para o fundo de greve e ajudando a manter o sindicato paralelo dos metalúrgicos (já que a entidade sofreu intervenção dos militares).

Segundo David de Moraes, a greve de 79 teve a adesão de 95% dos jornalistas. Mesmo assim, as empresas não cederam. Elas se aproveitaram do fato que outras categorias do setor não aderiram, em especial os gráficos, para colocar nas bancas «jornais e revistas» de péssima qualidade. Também não foi possível implantar os conselhos de representantes nas redações. Na ocasião, ocorreram cerca de 300 demissões, principalmente entre os ocupantes de cargos de chefia.

Fatores que dificultam a mobilização da categoria e a atuação do sindicato

O sindicato tem hoje 4800 sócios e a maioria dos sindicalizados não participa da vida da entidade. Na opinião de David de Moraes, este distanciamento decorre de erros dos próprios sindicalistas, que nas últimas gestões se afastaram das redações. Para ele, sindicato forte é aquele que está enraizado nos locais de trabalho, «que vai aonde o associado está e não fica somente à espera nas sedes». Ele acredita que os diretores precisam ter mais habilidade para furar o bloqueio das empresas e marcar presença nas redações.

Já para o atual presidente, Everaldo Gouveia, outros fatores importantes explicam o quadro de esvaziamento da entidade. Entre eles, o crescimento das assessorias de imprensa e o avanço do processo de terceirização no setor. No primeiro caso, as assessorias são hoje o melhor filão no mercado de trabalho. Empregam em torno de 600 jornalistas.

Everaldo avalia que os profissionais dos escritórios de assessoria ou dos departamentos de comunicação das empresas perdem o convívio do dia-a-dia das grandes redações. «Ele vai se desligando da categoria e do

próprio sindicato. Muitos passam até mesmo a integrar, por exemplo, a entidade dos trabalhadores da empresa onde está registrado».

Quanto à terceirização, que teve maior impacto a partir do início da década, o sindicalista lembra que alguns jornalistas se tornaram micro-empresários. «Eles conquistaram uma aparente independência, o que os levou a abandonar a entidade de classe». Everaldo afirma que a idéia da terceirização «veio como uma brasa, mas hoje só apresenta alguns pontos de fagulhas. Felizmente, o jornalista não aposta muito nesta tendência».

Já ocorreram várias experiências de terceirização com jornalistas de TV e do meio impresso. Mas agora observa-se um processo de reversão. O melhor exemplo disso ocorreu no Diário do Grande ABC, que pretendia terceirizar todos os setores. Graças a uma ação do sindicato e a resistência dos profissionais, o projeto não foi adiante. Algumas editoras também tentaram o mesmo caminho, mas os jornalistas não aceitaram.

Everaldo acredita que a terceirização não tem futuro no setor. «Existe uma norma do Tribunal Superior do Trabalho definindo que só pode ser terceirizada a atividade/meio, o que nas empresas de comunicação englobaria o pessoal administrativo, da limpeza, da segurança. O jornalista se enquadra exatamente na atividade/fim. Então, pela lei, não dá para atingir as redações». Apesar disto, ele lastima que «muitas empresas insistam em desobedecer a legislação». Quando isto ocorre, o sindicato procura negociar. Se não houver entendimento, denuncia tais empresas à Delegacia Regional do Trabalho.

Diante destas dificuldades, as lideranças da categoria discutem qual deve ser o papel do sindicato. Para Everaldo, ele não pode se preocupar apenas com a tradicional briga por salário, emprego e condições de trabalho. «Precisa lutar, principalmente, em defesa da liberdade de expressão e de imprensa». Dentro dessa linha, ele opina que é preciso atrair o jornalista ainda na fase de estudante de

comunicação, para que ele perceba a importância da entidade.

A luta pela democratização dos meios de comunicação e por conquistas econômicas

Everaldo e David de Moraes concordam que, nos duros anos da ditadura militar, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo foi um «território da liberdade» — reconhecido e respeitado por toda a sociedade. De certa forma, depois deste período ele «perdeu o charme», deixou de ser «um pólo de resistência da oposição ao regime militar». Com a democratização do país, «essa referência se esvaziou», comenta Everaldo.

Para voltar a ocupar este espaço, a entidade pretende priorizar a luta pela democratização dos meios de comunicação. No último congresso da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em abril passado, os representantes da categoria de 25 Estados aprovaram várias iniciativas neste rumo. Entre outras, decidiu-se pela realização da pesquisa «Retrato da Comunicação», para levantar o perfil do monopólio do setor no Brasil.

As entidades da categoria também farão gestões junto ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação para aprimorar a «Lei da Informação Democrática», de autoria do deputado Zaire Resende. Elas reivindicam que a lei seja desmembrada em três eixos: radiodifusão e novas tecnologias; coibição dos monopólios e oligopólios; e regionalização e estímulo à produção independente.

Ainda neste rumo, o congresso da Fenaj decidiu intensificar os esforços de sustenta-

ção e desenvolvimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, com participação dos sindicatos de jornalistas. Outra proposta, tendo em vista as eleições de 94, é que o Fórum organize Comissões de Ação pela Ética na Campanha Eleitoral, com metodologia científica, para coibir as manipulações tão comuns dos meios de comunicação.

Já no que se refere às reivindicações específicas da categoria, o sindicato está preocupado com a situação dos *frilas*. — em especial dos fixos, que têm horário de trabalho e outras obrigações, mas não possuem vínculo no emprego. Eles não têm direito ao FGTS, INSS, férias, assistência médica e outros benefícios — liberando as empresas dos encargos trabalhistas. O objetivo é organizá-los na luta por seus direitos. Mas não é uma tarefa fácil.

Segundo Everaldo, «muitas vezes o sindicato deixa de intervir nas empresas que utilizam frilas, porque os maiores interessados (os próprios frilas) temem perder o *emprego*». Na verdade, o próprio estatuto da entidade não volta os olhos para o *free-lancer*. Estabelece que, após um período sem vínculo empregatício, o jornalista é automaticamente desligado do quadro de associados. Esse ponto é alvo de debates no processo em curso de alteração do estatuto.

Quanto à questão salarial, o mesmo congresso da Fenaj decidiu realizar campanha nacional pelo piso salarial unificado — conforme projeto de lei em tramitação do deputado Jackson Pereira, que determina um valor em torno de 450 dólares. Juntamente com a unificação da data-base — incluindo jornalistas, radialistas, gráficos e publicitários —, em 1º de outubro, estas são as reivindicações obrigatórias das campanhas salariais e negociações deste ano.

* Jornalista

Reflexos do Mercosul para os trabalhadores da América Latina

Vladimir Guimarães *

O Mercosul é um assunto que tende a ganhar destaque nos fóruns sindicais. A consolidação deste projeto de «Mercado Comum do Sul», que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, terá reflexos profundos na vida das nações e dos trabalhadores. No artigo a seguir, o autor analisa seu surgimento e formação; aponta os vínculos com as tentativas neoliberais de superação da crise capitalista; e opina sobre a resposta dos trabalhadores.

A formação de blocos geo-econômicos foi introduzida na ordem mundial após a II Guerra. A história da integração econômica começou a tomar forma em 1945, na Conferência de Yalta, que definiu a estratégia e os meios necessários para terminar o mais depressa possível com o conflito internacional e decidiu o destino da Alemanha. A partir do fim da II Guerra, o mundo ficou bipolarizado.

De um lado, os países do bloco socialista, reunidos em torno do Pacto de Varsóvia. Do outro, os países capitalistas reunidos na OTAN, sendo regra quase que geral a cooperação econômica ocorrer somente intrablocos ideológicos. Com a queda do socialismo real no Leste Europeu, a situação

se modificou, mas no entanto não se encontra ainda consolidada.

Atualmente existe várias formas de integração econômica. Uma delas é a Zona de Livre Comércio, que é a menos complexa. Ela elimina as tarifas alfandegárias entre os países membros, mas não se envolve na política tarifária de comércio com países não membros. A União Aduaneira vai além e adota uma tarifa uniforme para o comércio com países não membros, eliminando todas as restrições comerciais entre os países membros.

Essas disposições e abolições sobre a movimentação interna de bens de capital e trabalho entre os países membros caracterizam o Mercado Comum. A União Econômica

implica também na adoção de políticas uniformes com respeito à moeda, ao desenvolvimento, às despesas governamentais, aos impostos e outros assuntos de interesse comum entre os países membros.

O processo de formação do Mercosul e as principais implicações na economia

Em 1986, Raul Alfonsín e José Sarney assinaram, na cidade de Buenos Aires, a ata para integração Argentino-Brasileira e mais dois protocolos. Este encontro é considerado o embrião do Mercosul. Nesta ata era previsto um mercado comum entre o Brasil e a Argentina, que se realizaria até 1º de janeiro de 2000.

No mês de novembro de 1988, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Este previa a remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços, dentro dos princípios do gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria no prazo máximo de dez anos, para a formação do mercado comum.

Em dezembro deste mesmo ano foi assinada a Ata de Amizade Argentino-Brasileira, que elevou para 17 o número de protocolos e posteriormente para vinte e quatro. Em julho de 1990, Carlos Menem e Fernando Collor firmam documento antecipando para 31 de dezembro de 1994 o estabelecimento do mercado bilateral, com a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção. Em 20 de dezembro de 1990, foi assinado o ACE-14 (Acordo de Complementação Econômica), que condensaria todos os tratados anteriores.

A aceleração do processo de integração bilateral provocou impacto nos demais países da região. Uruguai e Paraguai procuraram rapidamente se integrar no novo contexto de subregionalização, empenhando-se diplomaticamente neste sentido. Os resultados desses esforços originaram o Tra-

tado de Assunção, que instituiu o Mercosul. Por este tratado, os Estados partes — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — decidiram constituir um mercado comum, que deverá se estabelecer a 31 de dezembro de 1994. Este será designado de Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Este mercado implica em:

- * livre circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os Estados membros, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

- * estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países, e a coordenação de posições em fóruns econômicos comerciais regionais e internacionais;

- * coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, entre os Estados membros, nas áreas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações, e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência;

- * comprometimento dos Estados membros de harmonizarem suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração;

- * reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados membros;

- * igualdade de tratamento, em impostos, taxas e outros gravames internos, para produtos originários de outro Estado membro.

Regras de funcionamento e instâncias de decisão do organismo regional

Este tratado teve formalmente início no dia 29 de novembro de 1991, sendo indefinido o seu tempo de duração. O Estado membro que desejar desvincular-se deverá comunicar essa intenção de maneira expressa e formal ao governo do Paraguai, que

comunicará aos demais membros. Formalizada a denúncia, cessará para o país denunciante os direitos e obrigações que correspondem a sua condição de signatário, mantendo-se os de liberação e outros que venham a serem acordados, após a denúncia, que continuarão em vigor por um período de dois anos após a formalização da mencionada denúncia.

O Tratado prevê a adesão, a qualquer momento, de outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), sendo que os demais casos só serão estudados a partir de 29 de novembro de 1997. Para que a importação dos produtos originários dos Estados membros possam se beneficiar das reduções de gravames (1) e outras restrições (2) outorgadas entre si é necessária a apresentação do *Certificado de Origem*, onde os órgãos habilitados para sua emissão atestam o fiel cumprimento das regras de origem da mercadoria.

A administração do tratado e dos acordos específicos, durante o período de transição, está a cargo do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum. O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum e é integrado pelos ministros das Relações Exteriores e os ministros da Economia dos Estados partes. Ele se reúne quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos presidentes dos países membros.

O Grupo Mercado Comum é um órgão executivo e é coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. Ele é integrado por membros que representam este ministério, o Ministério da Economia e o Banco Central. O Grupo Mercado Comum tem faculdade de iniciativas e suas funções são as seguintes:

- * zelar pelo cumprimento do tratado;
- * tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo conselho;
- * propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação de acordos frente a terceiros;

* fixar programas de trabalhos que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

Tendo a prerrogativa de constituir as comissões de trabalho necessárias ao cumprimento de seus objetivos, este organismo conta inicialmente com os seguintes subgrupos:

- 1) Assuntos Comerciais
- 2) Assuntos Aduaneiros
- 3) Normas Técnicas
- 4) Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio
- 5) Transporte Terrestre
- 6) Transporte Marítimo
- 7) Política Industrial e Tecnológica
- 8) Política Agrícola
- 9) Política Energética
- 10) Coordenação de Política Macroeconômicas
- 11) Assuntos trabalhistas

Países membros possuem mercado de consumo e graves problemas sociais

A população de 186,5 milhões de habitantes dos países membros do Mercosul, dos quais 25% vivem no campo, representa um grande potencial de mercado consumidor. Equivale a quase metade de toda a América Latina e Caribe juntos. Este mercado é duas vezes maior do que o Grupo Andino, 52% do Nafta, 56% da Comunidade Européia (CE) e quase igual ao do Japão e Tigres Asiáticos. Com seus 11.800 Km² de território, o Mercosul se situa como segundo bloco em dimensão, ficando abaixo apenas do Nafta.

Quanto aos aspectos sociais, os indicadores são negativos e apresentam desníveis entre os países membros. A maior expectativa de vida é a do Uruguai (73 anos), sendo que a média do Mercosul é de 70 anos e a mais baixa é a do Brasil (66 anos). O menor salário mínimo também é o do Brasil (63 dólares) e o mais alto é da Argentina.

Entre os países que integram o Mercosul, cerca de 34,6 milhões de pessoas não sabem ler — o que equivale à soma das populações da Argentina e Uruguai. Em comparação com os outros blocos econômicos, o Merco-

sul é o que possui maior percentual de analfabetos — 18,5%.

Outro problema, que tem grande influência tanto no âmbito político quanto no econômico e social, é o da dívida externa. Na Argentina, ela passou de 27,1 bilhões de dólares, em 80, para 64,7 bilhões de dólares em 89 — um acréscimo de 138,7%. Já a dívida externa brasileira, que era de 70 bilhões de dólares, em 80, aumentou para 111,2 bilhões de dólares em 89 (58,8% de acréscimo).

No mesmo período, a do Paraguai subiu de 0,86 para 2,49 bilhões de dólares — 189,5% de aumento, o maior entre os países componentes do bloco. Já a do Uruguai saltou de 2 para 3,12 bilhões de dólares — crescimento da ordem de 56%. Em seu conjunto, os países membros do Mercosul possuíam, em 89, uma dívida externa de 181,51 bilhões de dólares — o que é um fator decisivo de agravamento das condições sociais das suas populações.

Outro grave problema é o do desemprego, que é grande em todos estes países e tem sido ainda mais agravado com a recente reestruturação produtiva. Esta já mudou o perfil do mercado de mão-de-obra, com a redução definitiva de importantes postos de trabalho, mostrando apenas tendências de crescimento do setor informal ou da ocupação por conta própria.

As manobras neoliberais do capital para «desintegrar» as economias do continente

O processo de integração do Mercosul, bem como a formação dos demais blocos econômicos, faz parte da tentativa de reação à crise do capitalismo. A burguesia busca saídas na linha neoliberal, tentando compensar a crescente queda da taxa de lucro com uma política radical de concentração de rendas — nunca antes vista com tal intensidade.

Esta política tem como objetivo um tipo de «modernização» que está baseada na ma-



ximilização dos lucros de curto e médio prazos. Ela é apoiada no avanço tecnológico com a intensificação da exploração dos trabalhadores, destruição de postos de trabalho, aumento do contingente de excluídos e formação de ilhas de prosperidade vinculada ao circuito do grande capital internacional.

A constituição dos blocos regionais e das zonas de livre comércio é parte da estratégia dos grandes grupos econômicos transnacionais. Através desses espaços econômicos e comerciais desregulamentados, eles ampliam os seus mercados e facilitam a complementaridade comercial entre si. Por outro lado, com a falácia da «competitividade internacional», buscam a redução de custos via supressão de conquistas e direitos sociais dos trabalhadores.

O Mercosul não foge deste esquadrão. Ele inclusive está inserido na perversa lógica da internacionalização da economia capitalista. Esta leva os países do «terceiro mundo» a só produzirem mercadorias de baixo conteúdo tecnológico (papel e celulose, têxteis, couro, agroindústria) e a importarem os produtos mais sofisticados das nações industrializadas.

Ele também faz parte da política hegemônica dos Estados Unidos. Este país não só

incentivou a criação do Mercosul, como já trata de atrair para si este vasto mercado. Os EUA levam adiante as linhas traçadas por George Bush no projeto «Iniciativa para as Américas», que visa implantar uma zona de livre comércio na região. O objetivo é transformar a América Latina num mercado cativo, destinado aos monopólios dos EUA. Daí a assinatura do acordo «Mercosul Mais Um» (3).

Sindicalismo não pode se ausentar dos fóruns, mas deve combater o projeto

Até o momento, os trabalhadores do continente esboçam pouca resistência à implantação deste projeto do neoliberalismo. A resposta que mais aparece é a da corrente hoje majoritária na CUT. Esta reflete a influência da concepção ideológica burguesa de um mundo globalizado, onde a internacionalização da economia é vista como um fato irreversível.

Daí o esforço da Articulação em apresentar idéias «propositivas», propostas alternativas para a superação da crise do sistema. Isto leva, como decorrência, à defesa do «tripartismo» e da «parceria» entre empresários, governo e trabalhadores. Na prática, acaba resultando numa política de colaboração de classes, de subserviência à tentativa de tornar a nação brasileira e os demais membros do Mercosul num apêndice econômico do imperialismo.

Entre outras proposições, a corrente majoritária da CUT defende:

* «Que a Tarifa Externa Comum deva obedecer os mesmos critérios de seletividade e gradualismo, levando em conta as tarifas de importação mais elevadas já praticadas».

* «Que o Certificado de Origem leve em conta os índices de nacionalização mais elevados já existentes no setor».

* «Priorizar no âmbito trabalhista normas que garantam iguais direitos a todos os trabalhadores e a implantação de políticas de

promoção de emprego e requalificação profissional».

* «Instalações de Câmaras Setoriais Comunitárias com a participação das entidades sindicais nas negociações e nos acordos e definições das políticas setoriais».

As duas primeiras propostas são corretas. Defendem as conversações pela melhor situação. Entretanto, isto dificilmente irá ocorrer, já que contraria a lógica do projeto. Já no que se refere à terceira proposição, que trata da defesa dos trabalhadores, ela simplesmente fala em direitos iguais. Não defende, ao menos no papel, que o nivelamento seja feito com base nas maiores conquistas já obtidas nos países membros do Mercosul. Quanto à última, aposta novamente todas as fichas nas câmaras setoriais, no tripartismo.

Estas propostas, que constam do longo texto da «tese base atualizada», foram apresentadas no 5º Concut. Na ocasião, só apareceram duas emendas — uma que identificava o projeto como neoliberal e outra que propunha a oposição a ele, sem detalhar como seria feita esta oposição. No final do congresso, foram aprovadas apenas as propostas da corrente majoritária!

Diante deste debate, que é novo para o sindicalismo, os trabalhadores precisam se posicionar. Pelo exposto acima sobre o Mercosul, é necessário se opor a este projeto de cunho neoliberal. Isto não impede, entretanto, que o movimento sindical participe de alguns de seus fóruns, desde que esta participação esteja subordinada a processos de luta e mobilização dos trabalhadores.

O combate a este projeto deve ser ampliado com todos os setores democráticos e populares da sociedade, incluindo também nesta luta outras parcelas que já estão sendo ou serão prejudicadas com a implantação do Mercosul. Além da defesa dos direitos dos trabalhadores, a bandeira da independência e da soberania nacional dos países da América Latina ganha importância nesta batalha.

NOTAS

1- **Gravames:** São os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidos neste conceito taxas e medidas análogas, quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados.

2- **Restrições:** Qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante o qual um Estado parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 5º do Tratado de Montevideu de 1980.

3- **Mercosul Mais Um:** Acordo assinado em Washington, em 19 de junho de 91, pelos EUA e os países membros do Mercosul.

Entre outras questões, estabelece um Conselho Consultivo Sobre Comércio e Investimento entre os países envolvidos, com a proposta genérica dos Estados Unidos de criação de uma Zona de Livre Comércio nas Américas.

BIBLIOGRAFIA

- Kunzler, Jacob Paulo e Maciel, Carlos. **Mercosul e o Mercado Internacional**. Editora Ortiz, Porto Alegre, 1994.
- **Revista do Mercosul**, número 18/19, Rio de Janeiro, 1994.
- **Tese Base Atualizada para o 5º CONCUR**. Bloco IV - Políticas permanentes e temas específicos, São Paulo, 1994.
- **Resoluções do Encontro Nacional da Corrente Sindical Classista**. Salvador, dezembro de 1993.

* Conferente no porto de Rio Grande (RS) e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista.

O popular na imprensa sindical

O discurso da imprensa sindical: formas e usos.

Roseli Fígaro. Dissertação de mestrado.

São Paulo, ECA/USP, 1992

Roseli Fígaro, logo de início, propõe uma ruptura teórica sobre o objeto da imprensa sindical. Não considerá-la no sentido clássico de imprensa operária, mas sim como uma modalidade de *comunicação popular*. Ou seja, o conceito teórico leninista de imprensa operária, no sentido revolucionário, seria trocado pela proposta gramsciniana de popular — como discurso formado a partir da contraposição com o discurso hegemônico.

«Desse modo, é conveniente situarmos a Imprensa Sindical no contexto do que passaremos a nominar de uma comunicação diferenciada, de contraposição ao status-quo, uma modalidade da comunicação popular» (Fígaro, pág. 20)

Este conceito gramsciniano do popular remete-se às preocupações com a interatividade da comunicação. Ou, no conceito bakhtiniano de linguagem, a enunciação é produzida por um e destinada para outro. Em outras palavras, centrar nas relações sociais a problemática do discurso, o que leva em consideração a questão do receptor.

A ruptura teórica é instigante, pois aponta para a descoberta de vários meandros da imprensa sindical, diversas vezes consideradas por alguns pesquisadores como «reformista», «autoritária» e distante dos paradigmas leninistas de imprensa operária revolucionária.

Na página 23, Roseli afirma que: «É possível entender a existência e a larga produção da imprensa sindical no Brasil como modalidade de comunicação popular, visto que não podemos caracterizá-la como imprensa operária, pois este termo excluiria diversas categorias profissionais que não são operárias. A utilização do termo imprensa operária poderia remeter, ainda, a um entendimento a priori da Imprensa Sindical como

imprensa voltada para a defesa dos interesses revolucionários da classe operária, o que nos parece demasiado precipitado».

Precipitação que Roseli refuta novamente recorrendo a Gramsci, a respeito da definição conceitual de sindicato: «*O sindicato não é, torna-se*».

Apegando-se a estes conceitos, Roseli constrói sua análise baseada em três aspectos: a) imprensa sindical como contestadora do discurso social hegemônico; b) profissional da imprensa sindical como intelectual orgânico; c) sindicato se define pela sua ação (torna-se) e não se conceitua por si (é).

A análise de discurso, realizada sob rigorosos critérios metodológicos, buscou comprovar as hipóteses «a» e «c», especialmente a última. Confrontando os discursos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (ligado à Força Sindical) com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Metroviários de São Paulo e Condutores de São Paulo (todos ligados à CUT), a autora demonstra como o discurso destas entidades, expresso nos seus jornais, aponta para conceitos diferenciados de sindicato e sindicalismo. Analisando os campos semânticos de algumas palavras-chaves, esta comunicação aponta para pragmáticas políticas diferenciadas dos signos verbais que denotam diferenciações de conceitos sindicais.

No capítulo IV, a autora confronta as conotações do discurso sindical das greves gerais de 1989 e 1991 com as da grande imprensa, pretendendo demonstrar, com isso, as diferenças de discurso. Comprovar-se-ia, assim, a tese de que a imprensa sindical é uma modalidade de comunicação popular. Finalmente, no capítulo V, uma rápida pesquisa com profissionais da imprensa

sindical pretende demonstrar que estes se aproximam do conceito gramsciano de intelectual orgânico.

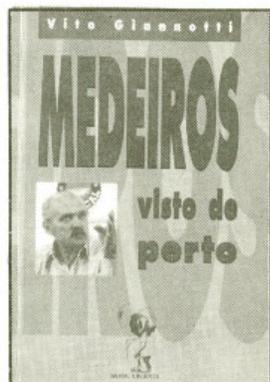
O viés gramsciano que perpassa todo o trabalho garante-lhe uma consistência teórica. Porém, a preocupação em comprovar vários conceitos teóricos de Gramsci, num único trabalho, deixa no ar algumas questões a serem melhor aprofundadas. Por exemplo, os limites existentes neste discurso popular ou a contradição dialética entre uma instituição que viveu a maior parte da sua história sob a tutela do Estado e a produção de um discurso popular neste mesmo espaço.

Outro problema a ser melhor aprofundado é a relação de trabalho existente entre a diretoria do sindicato e os profissionais da imprensa sin-

dical. A rápida análise feita por Fígaro aponta algumas pistas, porém o próprio conceito de «intelectual orgânico» deve ser melhor aprofundado. Ele implica não só numa «consciência voluntarista» dos profissionais, mas em determinadas condições objetivas do trabalho de produção intelectual, muitas vezes não garantidas nos sindicatos. Pois, a forma de organização do trabalho não se resume apenas a uma técnica, mas está imbuída de uma concepção política, ainda que esta não seja consciente de quem o executa.

Dennis de Oliveira — coordenador-geral da Unegro/SP e professor da Universidade Metodista de Piracicaba.

Trajetória de um oportunista



Medeiros visto de perto.

Vito Giannotti.
Editora Brasil Urgente, São Paulo, 1994.

Escrito por um dos fundadores da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, que acompanhou *pari-passu* a escalada de Luiz Antônio de Medeiros, o livro apresenta a biografia deste «sindicalista» tão badalado pela mídia. Em nenhum momento, o autor esconde sua condição de radical adversário político — o que fica patente no tom discursivo e no uso de incontáveis adjetivos contra «este homem da burguesia» no meio sindical.

O estilo adotado não retira os méritos do livro. O principal é o de demonstrar as inúmeras contradições do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, hoje candidato do malufismo ao governo do Estado. Em cada capítulo, Vito Giannotti usa a escrita como palanque para desmascará-lo. Para isso, utiliza-se de farto material da imprensa e recorda os duros momentos da oposição no sindicato que projetou Medeiros nacionalmente.

O relato da trajetória do sindicalista indica que a coerência nunca foi seu forte, que ele sempre foi «um franco atirador». O livro lembra que Medeiros militou na esquerda durante o regime militar. Participou do movimento estudantil carioca, aproximou-se de organizações adeptas da guerrilha urbana, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), viveu o exílio e estudou «marxismo» na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou.

Quando retornou clandestinamente ao Brasil, em 77, passou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos, seguindo a orientação do PCB de se aliar aos pelegos para «renovar» a entidade. Para cumprir esta decisão, Medeiros se «maquiou» de metalúrgico, forjando documentos numa fábrica da capital. Como orador fluente e hábil articulador de bastidores, logo ele se revelou.

Posteriormente, Medeiros renegaria totalmente o seu passado. Para as elites, preocupadas com o ascenso do movimento operário no final da década de 70, ele «caiu do céu». Seria o homem certo, no momento certo, para desviar a luta sindical dos seus objetivos maiores — já que «o velho peleguismo não se mostrava capaz de garantir o controle sobre os trabalhadores».

Essa metamorfose, entretanto, não é explicada convincentemente pelo autor, que beira uma visão conspirativa da história. Mesmo pontuando aspectos fundamentais da evolução recente da conjuntura, Vito insiste na opinião de que Medei-

ros foi «fabricado». Visão esta que dificulta entender o próprio surgimento do chamado «sindicalismo de resultados», que foi o embrião da Força Sindical.

A análise multilateral da evolução política-sindical brasileira também ajudaria a entender a recente crise de identidade da própria CUT — fato que Vito não comenta criticamente, como já o fez em outros três livros. Ainda sobre as lacunas, o autor alivia a responsabilidade da oposição sindical, que se mostrou incapaz politicamente para retomar o sindicato, seja nos tempos do velho peleguismo ou, atualmente, na fase do pragmatismo de Medeiros.

O forte do livro são as denúncias contra Medeiros, que desmascaram sua visão sindical burguesa e comprovam sua trajetória oportunista. Vito reproduz várias declarações do sindicalista à imprensa. Nestas, Medeiros afirma: «O capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem o capitalismo». «Entendo que este tipo de sindicalismo, de tomar o poder, fazer a revolução social, está superado». «Todo sindicato que se preza faz parte da reprodução capitalista. O objetivo é lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível».

Quanto à prática, as contradições do impostor são ainda mais evidentes. O mesmo Medeiros que faz proselitismo contra a partidização dos

sindicatos, usou a estrutura da entidade — sede e caminhão de som — na campanha presidencial de Collor de Mello. O mesmo que chora no enterro do sindicalista Osvaldo Cruz, denunciando «a queima de arquivo cutista», contrata academias de capangas, tem marginais como assessores e transforma o gangsterismo numa rotina da entidade.

O mesmo que implora por uma CPI da CUT, está envolvido em processos de uso indevido do dinheiro público — como nos financiamentos obtidos do governo para bancar «cursos fantasmas». Há inclusive denúncias de corrupção contra ele no processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda. O mesmo que fala em nome dos trabalhadores, vive nas colunas sociais da imprensa como frequentador de mansões e clubes sofisticados.

Conforme Vito Giannotti demonstra, estas contradições só não são exploradas pela mídia, que trata Medeiros como um artista famoso e lhe dá grande espaço no horário nobre. Afinal, ele é o homem do neoliberalismo no meio sindical. «Sua força provém da amizade com a corte e da defesa que faz do capitalismo, do lucro, da conciliação», afirma o autor.

Altamiro Borges

O lobista da terceirização



Terceirização, uma alternativa de flexibilidade empresarial.

Jerônimo Souto Leiria. Editora Sagra-DC Luzzatto, Porto Alegre, edição atualizada, 1993.

alvo os empresários e «foi idealizado como ferramenta de auxílio para as empresas interessadas no processo de terceirização, incluindo sua parte legal e seus benefícios».

Uma das preocupações do autor, advogado e sócio de uma firma de consultoria de Porto Alegre (RS), é com o aspecto jurídico da questão. Isto porque mesmo na época em que foi atualizado, em 93, ainda existiam muitos litígios na justiça em decorrência da terceirização. Mais recentemente, o Tribunal Superior do Trabalho emitiu um novo enunciado, de número 331, que libera de vez tal prática — o que deve ter sido motivo de alívio e alegria para o lobista gaúcho.

Na obra, Jerônimo Leiria procura demonstrar o atraso da legislação existente até então, em especial o falecido enunciado 256. Mas, como militante ativo desta causa, que «dá palestras diárias» e assessora grandes empresas, ele já

Considerado o primeiro livro a tratar do tema no Brasil, «Terceirização, uma alternativa de flexibilidade» já se encontra na sexta edição — o que demonstra o grande interesse despertado pelo assunto. A exemplo de dezenas de outros que surgiram posteriormente, tem como público-

antevia o fim das restrições. Seu otimismo, manifestado em vários trechos, baseava-se nos novos paradigmas da burguesia: competitividade, produtividade, flexibilização de direitos, redução de custos. Numa palavra «mágica», modernidade.

Mas a questão jurídica, mesmo com o destaque dado à jurisprudência, é apenas uma parte do livro. Ela é abordada mais para ensinar o empresário a driblar, «legalmente», as restrições que eram impostas pelo judiciário. No essencial, Leiria consome páginas e páginas para demonstrar as vantagens econômicas da terceirização. Isto, evidentemente, do ponto de vista patronal. Ele até que se esforça para tornar a idéia atraente aos trabalhadores, que também seriam beneficiados ... Só que não convence!

Em vários trechos, ele explicita os «delicados» objetivos da terceirização, que geralmente são encarados como segredo pelas empresas. «O mais lógico e estratégico — **devido ao custo da mão-de-obra e sua administração, além dos reflexos econômico-jurídico-trabalhista-previdenciário** — é terceirizar todas as atividades não essenciais». Ela seria estratégica inclusive para conter os «movimentos reivindicatórios dos trabalhadores que, às vezes, acabam em operações de tipo 'tartaruga' ou mesmo em paralisações».

Sem tegiversar, Leiria dá várias dicas ao patronato. «A oportunidade para terceirizar é agora, com o empregador sendo obrigado a pagar **apenas** a multa demissional de 40% sobre o FGTS». Ele aconselha as empresas a não terem qualquer vínculo com as prestadoras de serviços. Isto porque as terceiras são constantemente acionadas pela justiça devido ao desrespeito à legislação

trabalhista e à precarização das condições de trabalho. O negócio, ensina, é «excluir totalmente a responsabilidade» da empresa contratante!

O livro também aproveita para fazer propaganda das experiências «bem sucedidas» de terceirização. Destaca, entre outras, o caso da Riocell, a indústria de celulose pioneira neste processo no Brasil. Mais uma vez, os fatos desmascaram a nova coqueluche do patronato. Conforme relata Leiria, que se orgulha de ser consultor desta empresa gaúcha, a terceirização teve início em meados dos anos 80. Na época, ela tinha 4.580 funcionários. «Atualmente, a Riocell conta com aproximadamente mil empregados».

Para aliviar a barra, Leiria garante que mil micro-empresas foram criadas na região pelos demitidos. Baita sucesso, tché! Só que ele esconde as estatísticas publicadas em outro livro de sua autoria (*Terceirização passo a passo*). Estas apontam «uma quebra de até 80% das pequenas e micro-empresas antes mesmo de completarem um ano de atividade». Como se observa, o saldo de emprego já é negativo antes mesmo das tais micro-empresas de Guaíba falirem!

Em todos os capítulos, o lobista insiste em demonstrar que este processo eleva a produtividade e reduz os custos. Para corroborar suas idéias, divulga a riquíssima pesquisa da Coopers & Lybrant, feita entre 83 empresas nacionais e 44 multinacionais, que mostra que a tônica da terceirização é o corte de funcionários (40%). Mas a consciência parece não incomodar Leiria. Ao tratar do papel do consultor, no segundo livro citado, ele confessa: «Ele atua no sentido de garantir o lucro da empresa».

AB

História de um bairro operário

O bairro à sombra da chaminé.

Antonia Sarah Azis Rocha. Tese de mestrado. PUC/SP, 1992.

«E foi mais ou menos assim, moça, que esta fábrica cresceu e inundou São Miguel, com sua negra fumaça, seu ácido, seu asco».

Explicitando que seu estudo «é fruto de uma postura científico-política partindo de um olhar marxista», a autora apresenta nesta tese a história «da formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química Brasileira (1935 a 1960)».

História que se confunde com o próprio desenvolvimento do bairro de São Miguel Paulista — um dos mais populosos da capital paulista.

Nos primeiros capítulos, ela descreve como se formou o bairro, que teve origem numa dissidência dos índios Guaianazes — poucas décadas após a «descoberta do Brasil». Os que se rebelaram contra o domínio português, exercido com

rigor pelos padres jesuítas, deslocaram-se a procura de «terra e liberdade» e se instalaram nas margens do rio Anhembi (Tietê), formando o aldeamento Ururáí.

Após vários confrontos com os colonizadores, onde muitos foram exterminados, a comunidade se submeteu à doutrinação jesuítica e à prática escravista dos colonos. Em torno da capela, que hoje é um dos marcos históricos da cidade, formou-se a aldeia de São Miguel de Ururáí. O local logo ficou conhecido como pouso de bandeirantes e tropeiros. Poucos índios sobreviveram.

Ocupado por fazendeiros e escravos negros, o aldeamento virou ponto de comércio de madeira, lenha e carvão. A primeira atividade industrial do bairro, já no início deste século, foi das olarias. Mas só com a instalação da Nitro Química, em setembro de 1935, é que sua fisionomia foi alterada radicalmente.

O longo trabalho enfoca prioritariamente a trajetória da empresa. Revela que esta se instalou no Brasil a partir da transferência de uma fábrica inteira dos Estados Unidos, a Tubise Chantillon, produtora de fios, seda artificial e de outros materiais químicos e têxteis. Num primeiro momento, devido à demanda de mão-de-obra, a indústria incentiva a migração de nordestinos e mineiros.

A empresa, uma sociedade entre os proprietários norte-americanos e os grupos Klabin e Votorantim, terá momentos de altos e baixos na economia. Sempre gozando das benesses do Estado, inclusive da isenção de impostos, ficará conhecida pela violenta exploração dos trabalhadores. Será a «fábrica da morte».

Operando com produtos altamente tóxicos e perigosos, os operários serão vítimas de constantes acidentes e doenças profissionais. São comuns as notícias nos jornais sobre mortes prematuras de operários e poluição no bairro. Muitos moradores inclusive venderam a preço irrisório suas propriedades, temendo «uma explosão da fábrica» — o que de fato ocorreu em julho de 47, quando um reator de TNT explodiu e matou 15 operários.

A Nitro Química também ficará conhecida pela rigidez de seus regulamentos internos. Os horários são inflexíveis, mesmo as idas ao banheiro. O trabalhador é proibido de ler jornais e livros nos momentos de folga. As conversas em rodinhas de operários são dissolvidas pela chefia.

O relato da resistência dos operários e do moradores do bairro é um dos pontos altos da pesquisa. A autora demonstra que «os habitantes de São Miguel Paulista sempre se mantiveram na oposição política», mesmo que sem maior consistência. Já no espaço fabril, a luta operária será hegemônica pelo Partido Comunista.

A primeira greve da Nitro Química ocorre em 1946. Arranca algumas conquistas, mas é seguida de implacável repressão. A indústria, dirigida por José Ermirio de Moraes, demite os líderes, fecha o restaurante interno e implanta a «lista negra». Os comunistas, então, desencadeiam um forte movimento de denúncia no bairro.

Devido ao desgaste junto à população, a Nitro reabre o restaurante interno e reforça os investimentos no departamento de assistência social. Com sua ação paternalista, via núcleos residenciais, restaurante interno, berçário, clube de regatas, «a *fábrica mascarada* foi aos poucos descaracterizada como o *locus* da opressão e exploração. Ao contrário, mostrou-se para muitos como uma grande família, um segundo lar muito feliz» — comenta a autora.

Esta estratégia de cooptação e manipulação ideológica fica evidente no relato ingênuo de um dos entrevistados: «Se você fosse assíduo e não participasse do sindicato, e principalmente das greves, você era beneficiado. Tinha assistência médica, berçário e outros benefícios. Caso contrário, não tinha direito a nada. Cada greve que havia, os patrões cortavam alguns benefícios».

Ele também recorda a ação do Círculo Operário Cristão, «que era contra o sindicato». Segundo informa o **Nitro Jornal**, de maio de 53, este organismo da igreja, que tinha como assistente eclesialístico o padre Aleixo Monteiro, objetivava «restaurar a paz no mundo do trabalho, pelo estabelecimento de relações harmônicas entre operários e patrões». Repudiava «a luta sistemática e violenta de classes».

Com relatos como este, a autora aborda a formação de classe dos operários da Nitro Química — num estudo de caso rico em informações. Ela mostra todas as contradições deste processo. De um lado, a empresa e seus eficazes instrumentos de manutenção da hegemonia. Do outro, o trabalhador — tanto no espaço fabril como no local de moradia — questionando o sistema de exploração capitalista.

AB

Assine a revista DEBATE SINDICAL

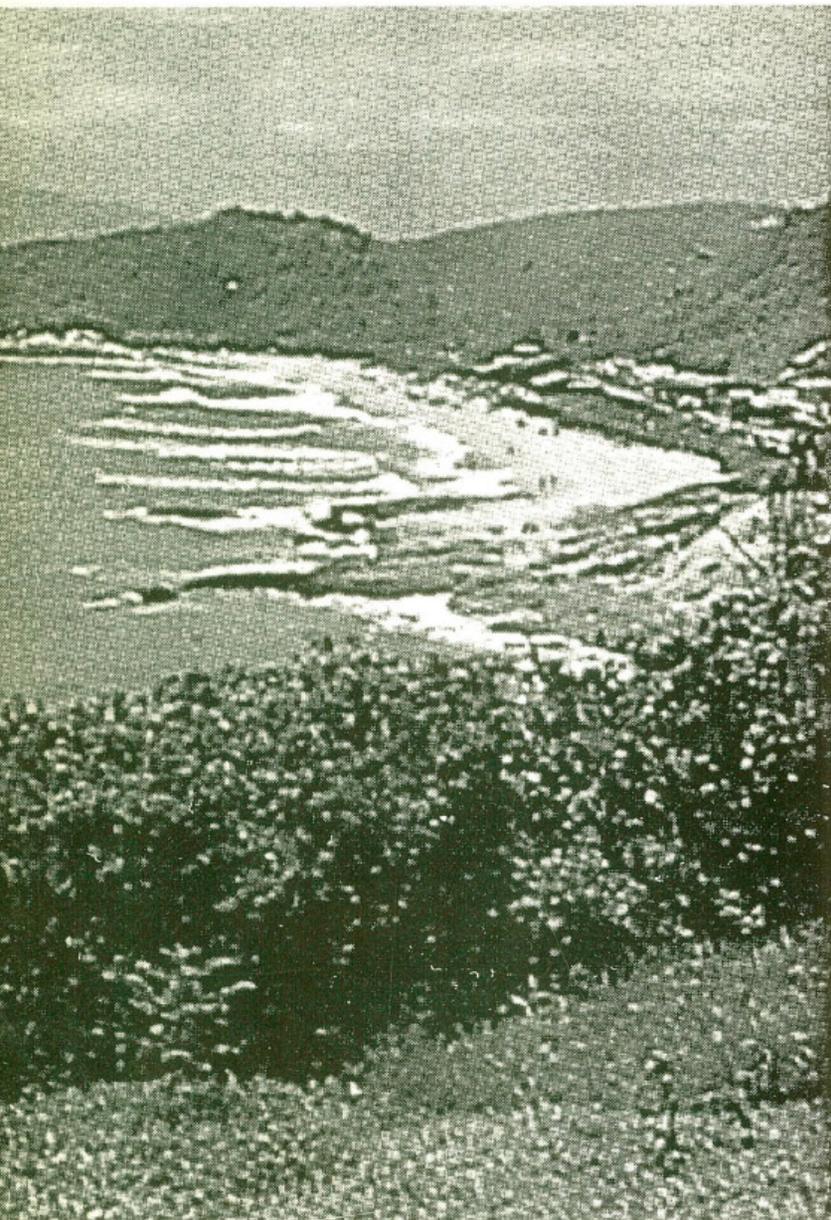
Faça hoje mesmo sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 20,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
Telefone: CEP: Data da assinatura:
Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01508-020. Fone/Fax: (011) 270-7702

SEJA REPRESENTANTE DA DEBATE SINDICAL NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente o seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher seu cadastro. Fone/Fax: (011) 270-7702.



AQUI NOSSOS FAZENDEIROS CONSEGUEM MAIORES GANHOS.

A Maricultura - cultivo de mariscos - está transformando os pescadores artesanais de Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina, em verdadeiros "Fazendeiros do Mar". Há cerca de um ano e meio, foi iniciado o cultivo na praia de Laranjeiras através do apoio da Secretaria de Trabalho do município, que ofereceu assistência técnica e o material básico como cabos, cordas e redes.

Hoje, os resultados são animadores: de novembro a junho últimos, em uma área cultivada de 2.000 m², já foram comercializados 6 mil quilos de mariscos, com previsão de dobrar esta produção na próxima safra. O sucesso desta iniciativa vai garantir, em breve, a participação de um maior número de "Fazendeiros", incluindo também o cultivo de ostras.

Com o Projeto Maricultura, a Prefeitura de Balneário Camboriú dá mais um bom exemplo de como contribuir para a melhoria de vida e o desenvolvimento de sua comunidade.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ



CRESCENDO DE BEM COM A VIDA

GOVERNO POPULAR 93/96



Balneário
CAMBORIÚ